



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura .

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 3 de junho de 2011 a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sob a presidência da Senadora Ana Amélia, realizou o sétimo seminário da série agricultura em debate para discutir os problemas referentes à comercialização do arroz e do trigo no Brasil. Participaram do Seminário os seguintes convidados: Dr. Francisco Lineu Chardon, presidente da Comissão de Arroz da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul; Dr. Flávio Enir Turra, da Ocepar; Sr. Márcio Langer, da Fetag; José Maria dos Anjos, diretor do Departamento de Abastecimento Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os representantes dos produtores de arroz e trigo reclamaram que as atuais regras de livre comércio do Mercosul prejudicam a economia e a competitividade da indústria brasileira para a qual sai mais barato adquirir o arroz cultivados na Argentina em razão dos custos da produção.

Os produtores nacionais também se queixaram de não ter acesso aos insumos produzidos nos países parceiros e utilizados em larga escala nas lavouras, como óleo diesel e fertilizantes, o que seria fundamental para ampliar a disputa de mercado, tendo em vista que o Brasil é hoje o maior produtor mundial de arroz fora da Ásia, enquanto o Rio do Sul já é o primeiro do mundo em produtividade por hectare com arroz irrigado.

Embora haja resultados que a indústria tem o direito de comprar seus insumos onde quiser, os produtores lamentaram que a mesma regra não seja seguida no que se refere à comercialização dos grãos no Mercosul. Eles explicaram, ainda, que tudo que é produzido pela indústria do sul do Brasil pode ser adquirido por preço mais em conta no outro lado da fronteira. Se uma colheitadeira produzida em Horizontina, Rio Grande do Sul, é vendida no Brasil por R\$311 mil, o mesmo equipamento exportado para a Argentina custa o equivalente a R\$243 mil naquele país, um trator que aqui custa, em média, R\$79 mil é vendido lá por R\$55 mil, o que acaba tornando mais vantajosa a aquisição desses produtos nos países vizinhos.

Os representantes dos produtores de arroz e trigo defenderam um ajuste de simetria nas regras comerciais do Mercosul . Para o presidente nacional da Câmara Setorial de Arroz, Francisco Chardon, o arroz, o trigo, o leite e o vinho produzidos no sul do Brasil acabam servindo como moeda de troca na manutenção do livre comércio de exportação do bloco comercial, cujo processo de integração foi iniciado em 1991. Para ele, essa parceria não está tendo nem ônus nem bônus; só favorece a indústria do Mercosul. O livre comércio não vale para os produtores rurais. Francisco Chardon disse que o



custo de produção no Uruguai é 30% menor do que no Brasil e que para aumentar a competitividade é preciso tirar 32% de peso morto das costas dos produtores e que muitas indústrias compram o produto do Mercosul para escapar das taxas cobradas no Brasil. Os navios com a carga seguem diretamente para os portos do norte e do nordeste, onde a cobrança do imposto é zero. A partir dali, o produto é distribuído às duas redes de supermercado das regiões, onde, por problema de logística, a produção nacional dificilmente chega à população. Ele citou o exemplo do arroz do sul, que funciona como indexador do preço; é negociado a R\$19 a saca quando o preço mínimo é de R\$25,80 e o custo da produção é de R\$29. Isso é realmente uma questão difícil de resolver.

O gerente técnico-econômico do sistema cooperativista do Paraná, Flávio Enir Turra, explicou que o Brasil importa muito trigo, uma média anual de 6 milhões de toneladas e não atende à demanda nacional devido a problemas de logística e distribuição, elevados custos de produção e riscos climáticos. Flávio Enir Turra defendeu a criação de um instrumento de política agrícola que garanta renda ao produtor de trigo, cultura que se destaca por ocupar a força de trabalho o ano todo, contribuindo para a segurança alimentar do nosso País, para a melhoria das condições de renda das famílias e para o meio ambiente, uma vez que o sistema de plantio direto, a exemplo do que ocorre no Paraná, reduz a erosão e melhora a qualidade do solo. Turra disse, ainda, que é preciso melhorar o transporte de cabotagem para que o Brasil possa ampliar a competição com a Argentina e o Paraguai. Ele defende, ainda, a imediata suspensão de importação automática de trigo da Argentina no período de comercialização da safra nacional, que vai de agosto a janeiro, e, ainda, um aumento de 10% para 35% da tarifa externa comum do Mercosul, além de uma tarifa compensatória que anule vantagem concedida na origem com autorização de uma quota de 200 mil toneladas de farinha de trigo por ano contra a quota atual de 600 mil toneladas.

Em sua exposição, o diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura, José Maria dos Anjos, reconheceu os problemas apontados pelos representantes dos produtores e disse que o Governo vem procurando corrigir as distorções. José Maria dos Anjos também explicou que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) está agilizando o credenciamento de armazéns para guardar os grãos mantidos no estoque do Governo. Ele disse que a demora se deve às exigências normativas como a apresentação de documentos pelos donos dos armazéns interessados.

Em relação à alteração das regras de livre comércio do Mercosul, ele disse que esse é um assunto da esfera do Governo Federal, do Itamaraty, e não do Ministério da agricultura.

Agradeço, mais uma vez, à Senadora Ana Amélia e a parabenizo pela condução dos trabalhos. Esse é um tema importantíssimo não só para o sul



do País, mas também para todo o Brasil. Eu tenho certeza de que a audiência foi muito proveitosa e nos trouxe muitas informações importantes.

Matéria extrapauta.

Requerimento de minha autoria, que passo a ler:

“Requer, nos termos regimentais, seja realizado encontro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal na cidade de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, no dia 17 de junho corrente, sexta-feira, às 14 horas, com o objetivo de avaliar o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa e Ameaças Fitossanitárias para o Brasil com ênfase em espécies que podem ser introduzidas através das regiões de fronteiras, com a presença dos seguintes convidados: representante do Governo de Rondônia; representante da sociedade brasileira de defesa agropecuária; representante da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; representante da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia; representante do Fundo de Apoio da Defesa Sanitária Animal do Estado de Rondônia (Afefa).”

Em votação o requerimento.

A Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

PAUTA DE 9/06/2011

Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 13, de 2011-CRA**, aprovado em 24/03/2011, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, com a finalidade de avaliar a disposição do atual Plano Safra, conhecer e debater a preparação para o próximo Plano e discutir o aperfeiçoamento do Modelo de Política Agrícola, e **Requerimento nº 23, de 2011-CRA**, aprovado em 19/05/2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de discutir as propostas de alterações no Manual de Crédito Rural, em gestação na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com a presença dos seguintes convidados:

- Sr. **Osmar Dias** – Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil – **BB**;
- Sr. **Laudemir André Muller** – Secretário Nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**;
- Sr. **José Carlos Vaz** – Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**;



- Sr. **Jenner Guimarães do Rego** – Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional – **MI**;
- Sr. **Gilson Bittencourt** – Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda – **MF**.

Nosso colega Senador Osmar Dias, é um prazer tê-lo de volta aqui, na sua casa. Convido V. Ex^a e os demais convidados para fazer parte da Mesa. Aguardamos ainda a chegada do Sr. Jenner Guimarães do Rego.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Acho que o senhor poderia começar a reunião e quando ele chegar seria convidado a compor a Mesa. As outras pessoas já chegaram. Façamos isso por delicadeza e em atenção aos nossos convidados.

É a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Sugestão acatada, Senadora.

Iniciamos, então, com Dr. Gilson Bittencourt, que tem a palavra para fazer sua explanação.

Muito obrigado pela presença, Dr. Gilson

O SR. GILSON BITTENCOURT – Bom-dia, Sr^a Senadora, Sr. Senador, demais participantes desta audiência!

É um prazer e uma honra estar aqui discutindo e principalmente tentando apresentar um conjunto de medidas que o Governo Federal em conjunto com o Ministério da Fazenda, Agricultura, Desenvolvimento Agrário e as próprias instituições financeiras, sejam elas públicas ou privadas, vêm fazendo para que a gente possa tentar modernizar e simplificar o processo de concessão de crédito rural no Brasil.

Então estamos com uma discussão que vem ocorrendo desde o final do ano passado. Estamos na etapa final de conclusão dessas mudanças ou dessas propostas de alterações, já debatidas de forma bastante intensa com as instituições financeiras já que nosso foco principal, pelo Ministério da Fazenda, neste momento não está sendo o Plano Safra em si.. Esse debate nós o estamos fazendo em conjunto com os demais Ministérios, mas o foco está sendo muito mais dedicado ao processo operacional de concessão do crédito, quer dizer, todo o processo de regulamentação pelo Governo Federal, o processo operacional por parte das instituições financeiras e, principalmente, o processo de entendimento dessas normas por parte dos produtores.0Em função disso, estamos tentando desenvolver esse trabalho. De antemão adianto que a nossa expectativa é tentar aprová-lo no Conselho Monetário nos próximos dois meses – agora no mês de junho e no mês de julho – para entrar vigor, provavelmente, a partir de 1º de janeiro do ano que vem.

Para iniciar...

(Próximo, por favor.)



Antes de entrar, efetivamente nas principais propostas de alteração que estamos apresentando, só uma sinalização da dificuldade que é hoje trabalhar com a questão do crédito rural na medida em que temos um conjunto de legislações, algumas até um pouco conflitantes entre si. Algumas entram num detalhe um pouco maior, outra em outro detalhe. Em toda e qualquer norma do Conselho Monetário Nacional, nós temos de ter esse aparato legal nos guiando no processo de elaboração das normas. Muitas vezes há uma demanda específica de um setor ou de outro, para que o Conselho Monetário avance no processo de regulamentação e nem sempre isso é possível com base no processo todo da legislação em vigor.

(Próximo, por favor.)

Vou passar rápido. Não vou entrar em detalhes, mas temos só sobre o crédito rural quatro leis; relacionadas com os fundos constitucionais, outras duas; política agrícola, outras duas leis bem complexas; agricultura familiar, outras duas; a parte que trata de crédito e comercialização de recebíveis, outras duas; renegociação de dívida, só para não destacar as pontuais, as principais mais gerais nos últimos anos, duas, além das antigas que ainda nós temos de considerar, que são do PES e da securitização; garantia e subvenção de preços, duas leis – essa última inclusive já foi alterada umas dez vezes –; meio ambiente, outras duas.

Então, essas são as principais questões que nos colocam quando vamos discutir normas para o crédito rural. Quando a gente entra na discussão de crédito rural também, nem sempre as pessoas têm em mente a diversidade de fontes com que estamos trabalhando. Muitas vezes, o produtor vê na ponta a operação de crédito ou o recurso, mas, na elaboração de um plano safra, nós temos de compor um conjunto de fontes: cada fonte tem um custo; cada fonte tem uma regra em termos de taxa de juros; cada fonte tem uma limitação em termos de recurso. E, na composição no crédito rural, seja do plano safra, seja a distribuição dos recursos, nós temos de analisar cada uma das fontes.

Elencamos rapidamente as principais: exigibilidade do crédito rural, que é um percentual dos depósitos à vista destinados à agricultura – hoje, isso representa algo em torno de R\$ 44 bilhões. No momento, em vez de 25%, estamos com 29%, porque durante a crise a gente elevou de 25% para 30%, e agora está caindo novamente 1% ao ano, até chegar a 25%, como era antes do processo da crise.

Nós temos os recursos da poupança rural. Basicamente, até poucos anos atrás, nós tínhamos BB, base BNB; desde 2005, incluiu-se o Bansicredi e o Bancoob, os dois bancos cooperativos, também como possíveis captadores de poupança rural. Além disso, mais recentemente, abriu-se para que os bancos privados também pudessem operar com até 10% de sua poupança habitacional em poupança rural.



Essa é uma fonte, cuja taxa de juros é livre. Há uma regulamentação em termos do uso, para crédito rural, mas a taxa é livre para os bancos. Na primeira, é o Conselho Monetário que determina, e hoje está em 6,75%.

Temos os recursos do BNDES, e aí são usados principalmente para as linhas de investimento, seja do Ministério da Agricultura, como de algumas linhas específicas do Pronaf.

(Próximo, por favor.)

Temos as operações oficiais de crédito, recursos do próprio Orçamento da União, onde o foco central aqui são dois: um é principalmente para agricultores de mais baixa renda, em que a União assume o risco, como é o microcrédito para o grupo B e para os assentados da reforma agrária. E dessa mesma fonte, lógico que numa ação diferenciada, saem os recursos para equalização de taxas de juros, por exemplo quando utilizamos recursos da poupança rural e os colocamos – era 6,75%, e nisso tem um custo e esse custo sai dessa fonte.

Nós temos os recursos próprios de cooperativas de crédito ou dos próprios bancos cooperativos, os fundos constitucionais – têm uma regras específica, e uma percentual vai para a agricultura –, Funcafé e recursos livres dos bancos.

(Próximo, por favor.)

Essas são as principais fontes utilizadas. Insisto: a elaboração de um plano de safra é uma soma disso tudo e uma tentativa de chegar no melhor desenho possível a cada ano.

Hoje, a maior parte das operações de crédito são efetuadas com risco bancário; portanto, por mais que haja uma normatização das operações por parte do Conselho Monetário Nacional, é uma operação de risco bancário. Isso torna inclusive muito mais difícil qualquer processo de imposição de algum tipo de renegociação, na medida em que o risco é do setor privado, e a fonte em geral é também uma fonte privada. A participação do Estado acaba se dando na equalização de taxa de juros, mas tanto o *funding* quanto o risco são da instituição financeira. Em qualquer intervenção do governo nesse processo, em geral, há necessidade de um pagamento adicional por essa equalização.

Apesar de toda essa complexidade, alguns números bem rápidos, duas tabelas, e a gente já entra nas mudanças efetivas. Primeiro, apesar de todos esses problemas, a evolução do crédito rural controlado pelo governo vem crescendo muito nos últimos anos – não estou com os percentuais de crescimento, mas podemos ver em termos de números. Nós partimos de um patamar de R\$27 bilhões na safra 2003/2004 e, no ano passado, fechamos em R\$100 bilhões. Quadriplicamos os recursos nesse período.

Neste ano, há uma evolução ainda maior, mas vou deixar para o Ministério da Agricultura apresentar, tanto no custeio quanto no investimento, o



que é um fator importante, na medida em que o investimento, por mais que este valor seja menor, vai se acumulando; na medida em que esses investimentos vão se somando e não têm duração de apenas um ano. Custeio e comercialização giram a cada safra. E isso se acumula. Na prática, o que temos hoje de operação de crédito não é só o custeio normal, mas também esses investimentos que vão se somando, visto que muitas dessas operações são financiadas por prazos de até 10 anos. Então hoje nós ainda temos operações concebidas em 2003, 2004.

(Próximo, por favor.)

Aqui é só um gráfico com o crescimento.

(Próximo, por favor.)

Na agricultura familiar também não foi diferente esse crescimento; nós partimos de 3,2 bilhões na safra 1999-2000, disponibilizados, para um total na safra passada, que está se encerrando no final deste ano, de 16 bilhões de reais. Mostra esta evolução, apesar de todas as dificuldades.

(Próximo, por favor.)

Entrando agora, efetivamente, nas propostas de mudança, vou comentar mais dos princípios e de forma geral essas propostas, deixando para que depois, tanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário, quanto o Ministério da Agricultura e o próprio Banco do Brasil apontem um pouco na questão mais específica do Plano safra, que a gente vai iniciar no próximo mês.

Primeiro, o que é este manual do crédito rural? Este manual de crédito rural acaba sendo uma síntese ou um espaço para depósito de todas as normas. Então entram resolução do Conselho Monetário Nacional, leis, partes de leis, circulares do Banco Central. É um apanhado de normas, não necessariamente todas, mas quase 85% das normas que regem o crédito rural estão dispostas neste manual. A cada resolução do Conselho Monetário Nacional há uma alteração neste manual. Na prática, nós temos três momentos: temos um voto apresentado pelo ministério, uma resolução apresentada como resultado desse voto, e temos a folha que se incorpora a este manual e que normalmente as pessoas vêm no seu dia a dia. A última revisão deste manual foi em 1980. Há 30 anos, vimos colocando atos novos ou só alterando normas e com um problema grande: altera-se a norma, substituindo-se a antiga pela nova; e acaba se perdendo muito do histórico desse processo. Nosso objetivo nesse momento é alterar a forma como a gente trabalha este manual, assim como questões específicas na operacionalização do crédito rural.

(Próximo, por favor.)

Para se ter uma idéia geral, a tese inicial era para trabalharmos este manual numa única resolução que aprovaríamos no Conselho Monetário Nacional, sendo o manual inteiro, e a partir daí nós interpretaríamos isso como a principal – não a única – legislação do crédito rural. Adotaríamos o mesmo princípio já adotado pelo Palácio do Planalto na atualização das leis. Toda vez



que houver alteração, taxa-se a versão anterior e introduz-se a nova. Vai se permitir que se tenha o histórico de todo o processo do crédito rural, seja em relação a taxas, a condições, a valores e limites de financiamentos. Então, usando inclusive uma legislação aprovada pelo Congresso Nacional que trata disso. Vamos trabalhar toda uma parte de assuntos e normas transitórias separadamente para dar facilidade maior de entendimento por parte tanto dos agentes financeiros quanto dos produtores. Em geral, fazer uma simplificação e atualização dos termos e conceitos. Hoje, no crédito rural, a cada vez que se altera valor de financiamento tem que se alterarem vários itens do crédito rural, o que muitas vezes acaba gerando erros e com isso atrasos na liberação de crédito.

(Próximo, por favor.)

Primeiro, a forma como vamos tratar essa atualização; segundo, quais as principais mudanças efetivas. Esse aqui é só o detalhe das principais; efetivamente vamos reduzir o manual, simplificar, tornando-o de mais fácil entendimento. Qual a principal mudança no crédito de custeio que se está propondo? Substituição no atual limite de crédito por produto passando a ser limite de crédito por produtor. Atualmente, a maior parte das culturas ou atividades agrícolas têm limite de R\$200 mil, algumas têm limite de R\$275 mil, como é o caso da cana-de-açúcar, outras de R\$500 mil, e o limite máximo hoje, para algumas culturas, é de R\$650 mil. Na prática, quando se vai fazer o financiamento, a composição desses financiamentos não pode ultrapassar o limite máximo desde que se faça a mesma cultura.

Então, se ele vai financiar a atividade de pecuária, o máximo que consegue é R\$200 mil. Se vai financiar pecuária e algodão, a soma dos dois não pode passar R\$650 mil. Se ele tomou R\$200 mil, sobrarão apenas R\$450 mil para o algodão. Hoje, isso vale para algumas culturas. A tese é ter um limite único. A princípio, aquilo em que estamos trabalhando já foi aprovado no Conselho, que é o limite máximo atual de R\$650 mil. Então, estaríamos dando para todos os produtos o mesmo limite, entendendo que o apoio do Estado passa a ser ao produtor, independentemente da sua atividade. Com isso, se beneficiam muitos produtos, inclusive os destinados ao mercado interno. O limite maior, hoje, é principalmente para *commodities* focadas na exportação. Isso amplia as possibilidades de financiamento para o mercado interno e, de cara, já simplifica muito o processo operacional porque os produtores vão saber qual é o limite máximo de financiamento, entendendo o que é limite: cada produtor, com sua capacidade, vai ter e vai buscar o financiamento, o banco pode liberar R\$400 mil, R\$500 mil, mas o limite máximo normativo passa a ser único independentemente da atividade. Em casos específicos, o Governo pode ampliar esse limite quando quer incentivar mais um produto ou outro, como vai acontecer este ano em relação ao gado e cana, como o Zé Carlos pode detalhar depois.



Então, já vem o item 2, que é o fato de que se acaba atuando e beneficiando os produtores focados no mercado interno que hoje, em geral, estavam limitados a R\$200 mil. Acho que uma mudança que vai ajudar muito é a criação de uma modalidade de crédito que estamos chamando de renovação anual simplificada. Hoje, na prática, um produtor rural que tem uma relação com o banco há vinte anos, quando via fazer um custeio, cada ano, é como se fosse um novo produtor chegando no banco, como um desconhecido, e levando o conjunto da documentação. Uma garantia que ele colocou no banco em um ano, registrou, averbou no cartório – não sei se esse é o termo correto –, no ano seguinte, tem que repetir, tem que fazer a mesma coisa. Produtores menores, que demandam de garantia de terceiros, muitas vezes dois ou três produtores atuando como garantia de um, todo ano devem levar todos para assinar novamente a garantia.

A tese é de que esse processo seja simplificado, de que a instituição financeira possa fazer um contrato, digamos, por quatro ou cinco anos, pegando a garantia para esse valor. Na medida em que o produtor, a cada ano, vai pagando, o limite de crédito dele vai se abrindo automaticamente, de maneira que ele não precisa trazer toda a documentação. Que ele vai ter que ir ao banco todo ano, vai ter que ir nem que seja para levar um documento dizendo “vou plantar soja, vou plantar milho, o meu cronograma de desembolso vai ser esse”, mas não mais toda a documentação. Essa não é uma ação que os bancos vão aplicar para todos de forma imediata, até porque há necessidade de conhecer alguns, mas, para aqueles produtores que já têm um histórico com a instituição financeira, a tese é de que a gente simplifique, agilize e reduza os custos desse processo. E que isso vá se ampliando na medida em que os bancos vão conhecendo cada vez mais os clientes. Provavelmente, vão começar com os clientes que já conhecem, que já têm um histórico.

No custeio, essas são as principais mudanças. Há uma série de outros detalhes, que são mais de simplificação e que não é o caso abordarmos aqui. No caso do crédito de investimento, não estamos falando aqui de BNDES, estamos falando dos recursos de depósitos a vista, que é o que há em todos os bancos públicos e privados. Primeiramente, estamos elevando os limites para permitir que os bancos privados, principalmente que tenham recursos disponíveis, também possam colocar alocar mais investimentos. O atual limite por produtor é R\$200 mil. Está se elevando a R\$300 mil. Não está se elevando mais do que isso porque queremos incentivar o uso dessa fonte para investimento, mas com certo limite, porque, se gastarmos todo dinheiro que normalmente é usado em custeio e investimento, vamos ter falta de recurso para custeio na safra. Então, a gente concilia isso com recurso via BNDES para investimento.

Aqui uma demanda também. Há investimentos de prazos curtos. Hoje há uma limitação de prazos. A gente está abrindo essa possibilidade.



Outra coisa. Hoje tem atividades que são consideradas fixas, semifixas. Há dúvida no que é fixo e semifixo. Há financiamentos que misturam fixo e semifixo, mas o manual de crédito impõe prazos para um e prazos para outro. Assim, toda vez em que surge uma dúvida a gente tem que mudar a regra para explicitar que aquele é fixo ou semifixo. O que a gente fez? A gente acabou com esse conceito. É investimento. De acordo com a capacidade de financiamento de cada produtor ou da atividade que está financiando, a instituição financeira vai definir o prazo, que pode ser de até 12 anos. Então, simplifica e dá mais agilidade para que o banco possa tratar caso a caso de forma muito mais rápida, sem essas amarras efetivas que a regra impõe. Hoje já há um conhecimento por parte das instituições que permite fazer essa distinção sem que a regra a imponha.

Seguindo ainda no crédito, temos uma proposta de alteração no crédito de comercialização. A gente tem hoje um crédito que é conhecido, que é o EGF, que é o empréstimo do Governo Federal, que é usado tanto para o produtor quanto para as agroindústrias. Efetivamente, não tem mais nada a ver com empréstimo do Governo Federal, porque o empréstimo de comercialização nada mais é do que um crédito de comercialização com recursos privados. O que estamos fazendo é abrindo esse financiamento em três grupos. Então, hoje tem o EGF, que é para produtos da PGPM, Política de Garantia de Preços Mínimos, e a LEC, que são para produtos específicos. O que estamos fazendo? Abrindo em três, com dois focando no produtor. O foco aqui vai sempre na linha de tentar focar a ação do Governo em relação ao crédito ao produtor ou a garantia de preço ao produtor. Então, a gente está abrindo em dois financiamentos destinados ao produtor: um é financiamento para estocagem de produtos vinculados à PGPM e outro é a antiga LEC, que a gente está chamando de financiamento especial para estocagem de produtos não vinculados pela PGPM.

Tem alguns produtos que não estão na política de garantia, mas para os quais há, todo ano, a renovação dessa linha especial. Estamos tornando permanente até que o Ministério da Agricultura proponha uma alteração: a inclusão de um produto ou retirada de outro produto. Isso evita criar anualmente uma insegurança: “Vai ter crédito para comercialização da maçã?” “Vai ter crédito para comercialização da carne suína?” Vai se fazer a regra toda vez. Deixa-se definido e, no momento em que o Ministério da Agricultura achar que não deve ter mais, altera-se sem maiores problemas.

A terceira linha, que hoje é o EGF para agroindústria, estamos chamando de FGPP, que é a sigla mais fácil que encontramos e que é financiamento para garantia de preços ao produtor. Estamos financiando a indústria, mas com objetivo de que ela garanta o preço ao produtor. Hoje essa regra já existe. Mais recentemente, nos últimos dois anos, começamos a entrar de forma mais efetiva no controle dessas operações, exigindo inclusive que as



indústrias, quando peguem esse financiamento, nos apresentem quais foram os produtores para os quais elas garantiram o preço, exatamente porque a legislação é clara em dizer que o beneficiário do crédito rural é produtor e cooperativa e abre exceção para a indústria, desde que ela garanta o preço. Então, estamos focando, explicitando que nosso objetivo é o produtor e exigindo esta listagem exatamente para provar que garantiram ou não o preço para o produtor.

Em tudo aqui estamos falando de crédito.

A outra coisa, a gente eleva, em vez de trabalhar com valor, a gente trabalha com percentual, o financiamento destinado á comercialização para o produtor. Hoje o mesmo valor de custeio é o valor de comercialização, e a gente sabe que o custeio não atinge o total do valor bruto da produção, exatamente porque você tem um adicional a partir do financiamento. Você financia 100 com a expectativa de colher 130, 150 e assim por diante. Hoje, o financiamento de comercialização é o mesmo valor do custeio, o que estamos fazendo é, no limite máximo de 650, dar mais 50% como limite de financiamento, permitindo que o produtor possa colocar dentro do seu financiamento o conjunto da sua produção que foi financiada e que gerou uma produção maior que o valor do financiamento.

No caso da agroindústria, no passado não existia limite nenhum. Estamos colocando um limite... Há dois anos, a gente colocou que era o mesmo limite do produtor, que ela poderia comprar com a garantia de preço, usando o recurso do crédito rural. Estamos colocando o dobro do que cada produtor pode pegar para poder fazer com que a indústria conceda o benefício ou essa vantagem da garantia de preço ao máximo de produtores possível. No caso de financiamentos de leite, por exemplo, em que o limite era 200 mil, como elevamos para 650, o produtor, em última instância, poderia chegar a 975, mais ou menos, ou, quando a indústria comprar, ao dobro disso.

No caso dos recursos do BNDES, a gente também fez um conjunto de alterações. Todas essas alterações, insisto, foram negociadas, conversadas, acordadas com os Ministérios envolvidos, a partir de sugestões das instituições financeiras. A primeira, uma unificação de três linhas de crédito, que é o Proflora, o Produsa e o ABC, entrando nas condições do ABC, em uma tentativa de simplificar, e tudo ficou na taxa de juros do ABC, que é menor.

Hoje, nas linhas de financiamento do BNDES, cada item de financiamento está especificado e chega a um nível de detalhamento que, em vez de ajudar, prejudica. Então, digamos que você está financiando atividade leiteira e a gente colocou lá em determinado momento que financia a ordenhadeira e o resfriador. E alguém pergunta: "Sim, mas, se eu quiser comprar os galões de leite, pode?" "Não sei." E vai lá fazer uma norma para dizer que pode comprar o galão. E vem outra dúvida, e assim sucessivamente. O que estamos tentando fazer aqui é tirar o máximo possível do detalhamento,



não conseguimos tirar tudo, deixando claro que o objetivo de financiamento é a atividade e todos os itens relacionados àquela atividade. Então, evita-se ter que ficar mudando para tratar do detalhe. O que tem a ver com a atividade de bovinocultura está sendo financiado, o que tem a ver com atividade de rancicultura, de fruticultura, e assim por diante, sem entrar no tipo específico de atividade.

No caso do Moderagro também houve uma simplificação. Tínhamos duas modalidades, cada uma financiava um grupo de atividade. Tinha um limite para cada um. Unificamos tudo no Moderagro, de forma geral, permitindo que tenha mais simplicidade e facilidade nesse processo.

Estamos juntando em uma única seção do manual toda parte que trata de recursos, porque todo ano tem que mudar o manual inteiro porque você mudou o valor e é uma nova safra – isso fica separado.

Estamos unificando os prazos de reembolso, os prazos máximos. Para uma linha era oito anos; para outra, 10; para outra, 12. Na medida do possível, a gente juntou isso. Cada operação é analisada pela instituição financeira. Fica fácil. É um único programa. Diminui o tempo e a dificuldade de entendimento dos produtores de cada uma das linhas que existem.

Estamos criando também uma linha permanente de capital de giro destinada às cooperativas.

Rapidamente, mais duas ou três a gente encerra, o Pronamp, que é um programa de apoio ao médio produtor, nos últimos anos vem crescendo de forma bastante significativa as aplicações. Tanto agricultura quanto o Banco do Brasil podem entrar com mais detalhes, mas vem ganhando robustez. Então, está tendo uma ampliação. Essa é uma demanda que o Ministério da Agricultura tinha há tempos: o enquadramento para permitir que mais produtores entrem nesta classificação. Foram elevados os limites de custeio e investimento e também vai ser permitida essa elevação anual simplificada.

(Próximo, por favor.)

No caso do Pronaf, também tem um conjunto de mudanças.

Insisto, a parte mais de alteração focada no Plano Safra, o Laudemir, da Secretaria de Agricultura Familiar, terá melhores condições de detalhar.

Então, no caso do Pronaf também é uma simplificação. É importante dizer que o Pronaf foi criado com R\$20 milhões. A expectativa inicial era uma, mas hoje ele virou um programa com dezenas de linhas de crédito, atendendo quase 2 milhões de produtores e inserindo coisas. O que nós estamos tentando fazer é dar uma limpeza, uma simplificada nesse processo, tendo um conceito mais geral da agricultura familiar, observando logicamente a legislação que trata da agricultura, tentando focar um pouco e permitir... Hoje nós temos uma contradição que é a seguinte: na norma, consta que, para ser considerado agricultor familiar, tem que ter, no mínimo, 60%, mais da metade,



da receita vinda do estabelecimento. Mas temos muitos casos de famílias que têm uma renda – digamos – de R\$10 mil com atividade anual e uma pessoa que trabalha fora, como professora ou funcionário da Prefeitura, e que ganha um salário mínimo por mês. Essa família vai passar dos R\$10 mil e deixar de ser pronafeano. Nesse caso, toda ótica de incentivar aquela família a permanecer no campo, ficar na propriedade, incentivar o transporte, tendo mais pessoas usando esse transporte, viabilizando para os demais; toda ótica de tentar deixar o meio rural como um espaço também de moradia dos filhos... Hoje, na prática tem que expulsar. Se tiver um filho trabalhando, ele tem que ir embora, sair dali, porque, se ficar, vai deixar de ser agricultor familiar.

Portanto, aqui a tese é diminuir ou rebater um percentual da renda que seja de atividades não agrícolas, exatamente para permitir que essas famílias que tenham produção possam se beneficiar do Pronaf e continuar financiando suas atividades – insisto –, mantendo o máximo de pessoas no meio rural que possam desenvolver atividades. No sul, na sua terra, Senadora, é muito comum, na região de Santa Cruz do Sul, filhos de agricultores irem ajudar na indústria durante a colheita e trazerem uma renda e exclui. Então, há toda uma lógica de simplificação, também toda negociada com o MDA.

Também uma proposta de identificação geral dos prazos para tentar fazer com que o produtor familiar possa ter várias linhas – para mulher, para jovem –, mas com condições muito similares. É muito mais o carimbo do tipo de financiamento. Ele sabe que a taxa é basicamente a mesma, o prazo é o mesmo. Ele não precisava ficar decorando cada uma, o que era uma coisa muito difícil até de as instituições financeiras fazerem.

(Próximo, por favor.)

Há também um processo que se conclui nesse programa. Hoje temos o Mais Alimentos, o Pronaf Agroecologia, o Pronaf Agroindústria, o Pronaf antigo, investimento antigo. O que nós estamos fazendo também é unificar as condições desses programas para facilitar o entendimento por parte do produtor, tirando um monte de amarras que há no Pronaf: quem está nesta condição não pode pegar este, quem pega este não pode pegar aquele. É uma coisa quase impossível de entender. A proposta que há é estipular um teto de endividamento de operações em ser, ou seja, ativas, tanto para operações com risco bancário quanto com risco da União. Vou dar um exemplo. Hoje, o Mais Alimentos financia até R\$130 mil de investimento com risco bancário; o Agroindústria, até R\$50 mil; o Agroecologia, até R\$50 mil. A proposta é elevar para o mesmo do Mais Alimento. A tese é estipular um teto de R\$200 mil como limite. Ele pode juntar as linhas que quiser, qualquer uma, desde que respeite esse teto. Vai pagando, vai abrindo o teto. Esse seria um teto para investimento e a tese é ter um teto para custeio, um para risco da União e outro para risco bancário, ou seja, até que tamanho que a União está disposta a assumir risco. Também



simplifica porque você tira todas as amarras que existem em cada um dos programas.

(Próximo, por favor.)

Acho que é o último.

Bem, já encerrando, até para a gente ter um debate mais efetivo.

Em relação ao Plano Safra, a gente já aprovou no Conselho Monetário uma série de medidas, principalmente aquelas que demandavam ação das instituições financeiras. Para poder preparar para esta operacional a partir de julho, foi aprovada no mês de maio. Neste mês ainda, devemos aprovar mais uns três ou quatro votos ainda focados no Plano Safra. E a tese é que vamos tentar, mas, se não der este mês, no máximo mês que vem, aprovar esse pacote todo. Nós estamos falando de um pacote de normas de mais ou menos 500 a 700 páginas, que é a unificação e a revisão de todo esse processo. A tese é aprovar, no máximo, até o mês que vem, dando um prazo de cinco meses para entrar em vigor. Na prática, funcionaria quase como uma audiência pública, porque você vai aprovar, mas vai estar em vigor só em 1º de janeiro do ano que vem e, com isso, a gente pode, inclusive, revisar, se houver algum problema durante esse processo, dando tempo principalmente para que as instituições financeiras possam se adaptar e estar operacional a partir do momento da entrada em vigor dessas medidas. Insisto: algumas delas vão entrar em vigor já em 1º de julho, como os limites, essas coisas todas. Agora, o pacote todo teria esse prazo.

É isso que eu gostaria de dizer.

Obrigado.

Desculpe o tempo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria primeiro solicitar, se possível, que se disponibilizasse todo esse material para entregá-lo a todos os membros da Comissão, porque é extremamente elucidativo. Falo dessa exposição do Dr. Gilson e dos demais que eventualmente não tenham trazido impressas as cópias dessas informações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria pedir desculpas, e o Senador Osmar Dias sabe bem que nós aqui temos superposição de Comissões, pois, neste momento, tenho uma reunião no Palácio com o Secretário Adjunto Vinhatti, para tratar de uma área que interessa muito, que é a Lei Geral da Pequena e Microempresa. Estou indo lá, mas volto aqui para fazer uns questionamentos.



Quero apenas cumprimentar pela alterações, que me pareceram extremamente simplificadoras. Só lhe perguntaria, Dr. Gilson, antes de sair, e já até decorei, se, no FGPP, que é o novo financiamento para a garantia do produtor, a indústria é que tem o compromisso de pagar ao produtor a garantia do preço mínimo. No caso, agora, e o senhor está acompanhando bem e sabe do problema do arroz no Rio Grande, a indústria teria que pagar os R\$25 por saca?

O SR. GILSON BITTENCOURT – Vinte e cinco a 80. Se ela for buscar financiamento com o recurso equalizado a 6,75, ela teria que pagar isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim, e tem que comprovar...

O SR. GILSON BITTENCOURT – Tem que comprovar o nome do produtor, um a um, CPF, tudo. Ela tem que encaminhar isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma grande mudança.

Obrigada pela atenção.

Voltarei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Obrigado. Aguardamo-lhe, Senadora.

Dr. Gilson, muito obrigado pela sua explanação.

Na sequência, passo a palavra ao Senador Osmar Dias, mas já antecipando aos Senadores e às Senadoras que o Senador Osmar tem uma reunião do Comitê do Banco do Brasil, em São Paulo, à tarde e precisará sair ao final da sua explanação. Então, eu deixo aberto para, no final da explanação do Senador Osmar Dias, que nós possamos fazer as indagações, as interpretações para extrairmos todo o conhecimento do Senador para a nossa audiência.

Então, com a palavra o Senador Osmar Dias, Vice-Presidente de Agronegócio e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Srs. Senadores, Senadora Ana Amélia, que acaba de sair para um compromisso:

Primeiro eu gostaria de registrar o prazer de voltar a esta Casa, de cujos trabalhos participei por 16 anos. Por 16 anos, permaneci neste plenário para fazer as indagações aos convidados que vinham aqui. Hoje me sinto numa situação oposta. Mas é uma honra para mim estar aqui de volta, principalmente porque esta Comissão, Senador Acir, foi criada por uma resolução proposta pelo Senador Pedro Simon e por mim. Sou coautor, portanto, da criação desta Comissão e confesso que fiquei, por algum período, desalentado com o funcionamento da Comissão. Hoje lhe posso afirmar que V. Exª colocou a Comissão no patamar que nós gostaríamos de vê-la quando fizemos a proposta da sua criação. Com esses debates que nós temos acompanhado – embora eu não esteja mais aqui, acompanho –, V. Exª mudou completamente o patamar em que se encontrava a Comissão. Eu posso dizer-lhe, com toda a franqueza, que hoje este é um local de debate dos assuntos ligados ao agronegócio, que é



o setor que alavanca a economia brasileira. Precisava aqui no Senado haver esse fórum de debates, e V. Ex^a tem transformado a Comissão neste ambiente de debates, proporcionando aos Senadores esse contato ou com o poder público ou com a iniciativa privada, para buscar, inclusive, no seu trabalho legislativo, novas propostas que possam orientar a política agrícola geral do País. Portanto, parabéns ao trabalho que V. Ex^a desenvolve aqui.

Quero agradecer o convite e dizer que todos nós comemoramos o fato de o Brasil ter produzido em torno de 160 milhões de toneladas de grãos, que somos o primeiro exportador de carne do mundo, que somos o primeiro em muitas coisas que produzimos e exportamos, em algumas que produzimos e em outras que exportamos. Mas durante toda a minha vida dediquei o meu tempo, tanto aqui no Senado, como quando fui Secretário da Agricultura e como produtor rural que sou, a olhar para os outros países que têm alguma semelhança com o Brasil na sua base de produção e posso afirmar que eu não acho que possamos comemorar o fato de produzirmos 160 milhões de toneladas. A China produz isso de arroz. Outros países que têm menos condições, inclusive de clima e de solo do que nós, produzem três, quatro vezes mais do que o Brasil. Estamos muito aquém do potencial e talvez o que explica isso, ao longo de toda a história da agricultura brasileira, são períodos, são fases em que a agricultura teve que enfrentar políticas completamente avessas ao crescimento da agricultura. Não se leva em conta, por exemplo, que quando a gente fala em 160 milhões de toneladas, a gente está falando em um crescimento, em relação a 90, de 179%. E aí a gente vê o debate, principalmente neste momento em que o Senado Federal assume a responsabilidade de aprovar o Código Florestal, como se não houvesse, ao longo desse período, nada que tivesse sido feito para preservar o meio-ambiente e com ele a gente aumentar a produtividade. A tecnologia tem muito a ver com tudo aquilo que estamos produzindo hoje. Nós estamos exportando, junto com grãos e carne, tecnologia.

E aqui devo render minhas homenagens à Embrapa, que é a grande catalisadora ou coordenadora desse processo de pesquisa, desenvolvimento científico no meio rural e que proporcionou essa situação que vivemos hoje de alcançar índices de produtividade que estão já iguais ou melhores, se comparados aos países desenvolvidos.

E eu estou chamando a atenção com relação a isso, Senador João Pedro, para que a gente faça uma análise assim: Se a gente pegar, Senador Acir, a produção que houve em 1990 e a produção que hoje estamos colhendo, se a gente pegar aquela produtividade e colocar em cima de uma área para produzir o total que nós estamos produzindo hoje, é bom lembrar que a gente plantou nesta safra quarenta milhões de hectares, naquela safra de 90, a gente plantou só 30% a menos de área. Então nós aumentamos a área em apenas



30%. Cento e quarenta e nove por cento foi em cima da produtividade que nós crescemos.

Então, fazendo um cálculo assim bastante rápido, Senador Acir, se a gente tivesse com os mesmos índices de produtividade de 1990, nós teríamos hoje que plantar, Senador Blairo Maggi, mais 60 milhões de hectares. Ou seja, em cima dos 48, nós teríamos avançado mais 60 milhões de hectares.

E isso não é levado em conta quando se debate, por exemplo, a necessidade de um Código Florestal que clareie as regras para que o produtor possa cumpri-las, porque ele vem cumprindo o seu papel de produzir e preservar.

Claro que há coisas a corrigir e esse Código Florestal tem que corrigir, mas o grande mérito da aprovação do Código Florestal é deixar as coisas claras, tanto para o produtor quanto para os órgãos ambientais, órgãos fiscalizadores e instituições, tal como a que pertence hoje, o Banco do Brasil, que precisa dessas regras claras para a gente continuar operando e para a gente continuar crescendo e ofertando esse mecanismo de política agrícola que tem tudo a ver também com o crescimento das safras, porque o crédito é um instrumento de política agrícola que acompanha o crescimento da safra ou o crescimento da safra acompanha a disponibilidade de crédito. Por isso, quando o Gilson colocou ali a evolução da disponibilidade de crédito que houve, isso explica, não apenas a tecnologia, também explica essa evolução das safras que estamos colhendo hoje.

Então, vou só repetir o dado, porque ele é muito importante para o debate do Código Florestal aqui. Se a gente tivesse plantando com a produtividade de 1990, nós teríamos hoje os 48 milhões de hectares plantados, mais 60 milhões, o que seria 108 milhões. Teríamos avançado nas florestas com toda a certeza. Não houve isso porque a tecnologia proporcionou esse avanço de produtividade.

Pois bem, quando a gente está discutindo aqui o papel do Banco do Brasil, e eu sou vice-Presidente, tem um nome comprido o meu cargo agora. Antes era só Senador, agora é vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, viu Jayme?

Quando a gente vai discutir aqui a questão do agronegócio, a gente está falando, e eu insisti nesse discurso no Senado, por dezesseis anos, para a gente não separar os produtores. Todos pertencem à cadeia do agronegócio. E aí a gente tem que falar que dá gosto participar de uma instituição como o Banco do Brasil que, ao longo dos anos, tem sido a marca principal do crédito rural no Brasil. Os dados são mais claros até do que as minhas palavras.

Nós temos hoje, em carteira, 77 bilhões de reais no Banco do Brasil, financiando o agronegócio neste País.



O Banco do Brasil, no ano que passou, quando o Gilson colocou ali dezesseis bilhões para a agricultura familiar, a gente tem que entender o seguinte: Há dificuldades. E quando eu entrei no banco eu cheguei e disse: Olha, eu quero trazer para cá a cabeça do produtor rural, porque não adianta eu vir aqui e tentar ser igual a todos os que estão no banco, há vinte, trinta anos, que sabe muito mais de banco do que eu. Eu tenho que trazer aqui o que pensa o produtor rural.

E veja, duas palavra que eu insisto todos os dias no banco.

Assistência técnica. Por que o Pronaf disponibilizou dezesseis bilhões, mas na verdade só onze que foram desembolsados? Então sobrou dinheiro no Pronaf? Na verdade sobrou. E a Presidente Dilma mandou dizer: Eu quero os dezesseis bilhões, mas quero aplicados.

E nós vamos fazer um esforço para que o Banco do Brasil participe dessa aplicação, no percentual que nós já participamos, porque no ano que passou 73% de todo o Pronaf operado no País saiu do Banco do Brasil e, praticamente, 41% de todo o crédito para o agronegócio, para a agricultura empresarial.

Na média, o Banco do Brasil, portanto, oferta 60% de todo o crédito rural que é disponibilizado no País.

Com isso eu posso dizer, para encurtar a nossa conversa aqui, porque eu vou ter que ir para a reunião do Conselho Diretor em São Paulo que está discutindo exatamente estratégias para a gente entrar bastante forte nas políticas públicas, porque o acionista majoritário do banco é o governo e nós temos que seguir as políticas públicas do Governo.

Aliás, eu gostaria de ter vindo aqui, Senador Acir, depois de o Plano Safra ter sido lançado, por uma questão de ética e respeito ao Ministro da Agricultura e à Presidenta Dilma, eu não posso falar em detalhes o que estamos trabalhando e vamos colocar por parte do Banco do Brasil dentro das políticas geradas no Ministério da Fazenda e do Ministério da Agricultura.

Faço isso em respeito à Presidente Dilma, que vai fazer o anúncio do Plano Safra, mas já me comprometo a voltar depois para que a gente possa, com o Plano Safra lançado, detalhar, debater, corrigir e aperfeiçoar.

Mas o que eu posso dizer é que, com a cabeça de produtor rural, e eu que também sempre fui e agora não posso ser mais um tomador de crédito do Banco do Brasil, por imposição legal eu não posso mais tomar crédito do Banco do Brasil, mas eu sempre fui um tomador de crédito do Banco do Brasil.

E eu pensava assim: Como é que a gente não pode ter um crédito rotativo por cinco anos, que a gente possa ir lá, ter um limite e ir tomando? Quando acaba o limite, renova-se se estiver tudo bem. Felizmente, com todo o empenho de uma equipe multidisciplinar que vem do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, do Banco do Brasil, nós estamos conseguindo fazer a implantação desse crédito renovável que o Gilson colocou, que será muito



importante para agilizar, reduzir custos do produtor e reduzir custos das instituições financeiras, vai desburocratizar a tomada de crédito, porque dava pena ver o produtor tendo que assinar 80 documentos todos os anos, ir ao cartório, custas do cartório, para renovar aquele crédito que todo mundo sabia que ia ser renovado, mas ele precisava fazer tudo aquilo. Então, esse é um avanço que considero importantíssimo para dar mais agilidade, mais dinamismo ao crédito rural.

Segundo, quando se define que não mais por cultura, mas por produtor, esse limite de crédito parece pouco, mas não o é. O Moka sabe o quanto isso significa. Quando você define por produtor, você dá mais liberdade para que o produtor utilize esse recurso em sua propriedade.

Nós estamos tirando aqui também aquela diferença entre culturas, colocando um limite único para todas as culturas, que pode ser ampliado, inclusive – esta é uma regra importante –, quando o produtor cumprir algumas exigências, como, por exemplo, realizar o plantio direto. Ele pode ter um acréscimo de 15% em cima desse limite. Se ele tiver a reserva legal e a APP, obedecendo às regras do Código Florestal, ele pode ter esse acréscimo de 15% no limite. Isso é importante.

E, pensando como produtor rural, eu cheguei ao banco e encontrei o José Carlos, que era o diretor de crédito rural, que também é do Paraná. Eu – é claro – lamentei muito a saída do José Carlos pela sua experiência, mas fiquei feliz com a vinda do Ives, que eu queria apresentar. É o novo diretor de agronegócio do Banco do Brasil, que vai ficar aqui para responder qualquer questão que for feita ao banco quando eu sair. O José Carlos também pode ajudar. Os dois estão juntos aí. Mas foi bom que o José Carlos fosse para o Ministério da Agricultura para levar o conhecimento que ele tem do banco. E isso permite um entrosamento também entre o Banco do Brasil e o Ministério da Agricultura.

Eu gostaria de destacar que, neste momento, nós tomamos algumas medidas, depois da minha chegada, que, creio, Moka, são muito importantes eu revelar aqui. Primeiro, nós fizemos uma reavaliação daqueles produtores que, durante a crise, tiveram que rolar suas dívidas de investimento. Eles estavam pagando certinho e não podiam tomar novo crédito. Nós eliminamos essa restrição. Hoje, aqueles que haviam rolado suas dívidas de 2007, 2008 com a crise podem voltar a tomar crédito no Banco do Brasil, depois, evidentemente, de avaliadas as suas condições de pagamento, mas, se estiverem pagando regularmente, não há por quê, porque eles não estão inadimplentes. Eles estão adimplentes com a nova situação. E aí nós renovamos essa possibilidade.

A segunda medida que adotamos é fazer uma reavaliação dos limites dos produtores, aliás, da situação cadastral dos produtores. Nós fizemos o teto pré-avaliado, trazendo para o banco mais 40 mil clientes que já estavam



impossibilitados, praticamente, de operar com o Banco do Brasil. E nós fizemos mais do que isso quando estabelecemos...

Então, são duas medidas importantes para facilitar a tomada de crédito para o produtor. Também tomamos uma medida de *check-list* de operações e investimentos rurais que vai melhorar a originação dos negócios nas agências. Nós vamos especializar as agências para que elas sejam especializadas em crédito rural, em agronegócio, para que, especializadas, possam dar um atendimento melhor, focando, como disse aqui o Gilson, o produtor ou, no caso, o nosso cliente do banco, que é, em outras palavras, o produtor. Nós também já estamos bastante adiantados em algumas medidas que vamos adotar e que serão anunciadas no plano Safra, mas não posso revelá-las aqui.

Mas, em relação ao Pronaf, que o Laudemir vai falar depois, eu gostaria de dizer o seguinte: o Banco do Brasil, no ano passado, liberou R\$8 bilhões 600 milhões, em torno de 8,5 bilhões, dos 16, aliás, dos 11 que foram liberados. Então, deu 73, 75%. A Presidente Dilma, quando anunciou o Programa de Combate à Miséria, revelou números que são muito importantes considerarmos: primeiro, dos 28 milhões de brasileiros que saíram da pobreza, considerados os que ganham menos de R\$70,00 por dia, uma renda *per capita*, 4 milhões e 800 mil brasileiros estavam no campo e foram resgatados dessa situação para uma situação melhor. Isso tem tudo a ver com o Pronaf. Segundo, do levantamento feito dos 16 milhões de brasileiros que ainda estão nessa situação de miséria, 47% estão no campo.

E a CMA encomendou um estudo da Fundação Getúlio Vargas que revela números que me chocaram: Apenas 5% dos produtores rurais brasileiros se encontram numa faixa de renda em que podem ser classificados como a e b; 15% na c, que seria a chamada classe média rural. Então, 80% estão abaixo disso, que têm uma renda abaixo de R\$1.100,00, o que significa que essas pessoas estão com sua família recebendo menos do que dois salários mínimos e cerca de 47% de 16 milhões estão com uma renda abaixo de R\$70,00. Então, combater a miséria no campo é uma missão, é um desafio do Governo e da sociedade e só pode dar certo se, realmente, fizermos do Pronaf a grande ferramenta desse combate à miséria no campo.

E nós vamos, por meio do Banco do Brasil, colocar todo o nosso empenho, toda a nossa equipe, todo o nosso esforço para responder não apenas à expectativa da Presidente, que coloca isso como meta, como objetivo, como missão, mas à demanda da própria sociedade, porque, Moka, não podemos ignorar que, durante a crise mundial, o que tirou o Brasil mais rápido da crise foi o fato de o Brasil estar produzindo de forma acelerada na agricultura, fazendo crescê-la ao invés de cair, mesmo durante a crise. Isso foi muito bem aproveitado no mercado internacional, que precisou dos nossos produtos.



Também não podemos ignorar que a FAO revela hoje dados bastante animadores em relação à capacidade que temos de dar resposta a essas demandas. A FAO disse que até o ano de 2025 o mundo vai precisar de cerca de 40% a mais de comida do que produz hoje. 2025 está aí. O Acir ainda vai ser Senador em 2025 ou Governador de Rondônia, não sei. Mas a gente vai estar numa situação assim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSMAR DIAS – Não, mas aquele do meu partido.

E aí é o seguinte: em 2025, João Pedro... A FAO diz o seguinte: para atender esse crescimento de demanda que vai ocorrer, o Brasil tem que ficar com a responsabilidade de produzir, pelo menos, 40% desse total que vai ter que aumentar. Ou seja, do total que vai aumentar, o Brasil tem que produzir 40%. Então, é um desafio muito bom para nós. Nós temos potencial para isso? É claro que temos potencial para isso. Eu disse, lá no começo, que 160 milhões de toneladas é muito pouco. O que nós produzimos de carne é muito pouco. Hoje nós já estamos com consumo *per capita* de carne de frango no Brasil de 42. Quando eu dava aula na faculdade, esse consumo *per capita* era de 16, e não faz tanto tempo assim. O consumo *per capita* de carne de boi já é menor do que carne de frango. Isso é bom? Por um certo aspecto, sim, porque nós estamos falando de uma proteína que consome muito milho, que consome muita soja, e a agricultura é um sistema. Não podemos separar uma cultura, tanto que estamos juntando isso no crédito, fazendo da agricultura um sistema.

Outra coisa, Jayme Campos, que lhe vai interessar, por uma razão óbvia, é que um estudo da FAO diz que hoje, 20% da dieta alimentar no mundo é proteína animal. Até 2025, esse percentual vai crescer para 30%; ou seja, o poder aquisitivo vai aumentando, a população vai crescendo, mas com o poder aquisitivo melhorando, principalmente nos países em desenvolvimento, a gente tem uma perspectiva de crescimento da proteína animal na dieta e, com isso, a gente vai ter que produzir mais.

Para encerrar, gostaria de falar um pouco sobre o ABC, um programa que o Ministro tem... Senador Casildo Maldaner, então, estamos detalhando agora, com a Embrapa, com o Ministério da Agricultura e com o Ministério da Fazenda, o que é financiável na agricultura ABC. Do contrário, daqui a pouco, tudo é agricultura de baixo carbono, e vai faltar dinheiro para aquilo que é efetivamente agricultura de baixo carbono.

O que nós queremos – estou cobrando bastante isso dos meus pares e e já entramos num entendimento de que isso tem de ser definido mesmo – é o seguinte: bom, quanto vai ser essa linha da agricultura de baixo carbono? São R\$3 bilhões? São R\$4 bilhões? Porque estamos fazendo de recursos controlados, de taxa de 5,5% ao ano, com prazos que podem chegar a 15 anos em alguns casos, quando falamos em reflorestamento.



A gente fala em oito anos de prazo e três de carência para renovar pastagem, e aí a gente não pode esquecer que o Presidente Lula assinou um protocolo, lá em Copenhagen, de reduzir a emissão de carbono – e, para isso, algumas metas têm de ser atingidas. Quando a gente fala em 120 milhões de hectares de pastagens degradadas que podem ser incorporadas ao processo produtivo, é claro que a gente não está falando que 120 milhões de hectares podem produzir grãos, mas elas podem ser recuperadas para pastagens mais produtivas, onde há zero/quatro unidades animal por hectare dá para colocar uma, dá para colocar uma e meia, dá para colocar duas.

Nós queremos partir para uma experiência que é desenvolvida pela Embrapa aqui em Ipameri, onde a integração lavoura/pecuária/floresta está mostrando que é possível, em terras com fertilidade baixa até, com 30% de argila como lá ocorre, a gente ter um alto índice de produtividade: a proprietária da fazenda multiplicou a produção de carne por cinco, multiplicou a produtividade de grãos por três e tem ainda uma poupança que é o reflorestamento em linhas colocadas entre os pastos e a lavoura.

Agora, nós queremos essa agricultura moderna? Essa é a agricultura do futuro. Essa que nós fomos ver lá que a Embrapa está desenvolvendo é a agricultura deste começo de século. Quem quiser realmente continuar na agricultura com rentabilidade e com viabilidade vai ter que enveredar por esse caminho da integração, e essa integração é o programa ABC: é financiar a recuperação de pastagem degradada.

Podemos chegar a 40 milhões de hectares num curto espaço de tempo? Podemos. Agora, para recuperar a pastagem degradada são necessários trator, calcário, adubação verde e, portanto, de investimentos para máquinas. O produtor não vai fazer isso sem ter a máquina adequada.

Quando você vai hoje a uma feira de máquinas você vê que a modernização da mecanização também permitiu que houvesse uma evolução muito grande nesta trajetória que estamos seguindo de aumento de produtividade.

Portanto, estamos em fase final de elaboração do Plano Safra. Ele vai ser lançado nas próximas semanas, e nós, após o anúncio do Plano Safra, o banco está totalmente preparado para dar conta da demanda que vem de tomada de crédito. Nós podemos garantir uma coisa: vamos atuar muito fortemente para que aquele número um 1.300.000 famílias que atendemos no Pronaf cresça. É assim que a Presidente Dilma quer. O Banco vai atuar para cumprir seu compromisso, sua responsabilidade. Mas não podemos fazer isso sem assistência técnica. Senão, não é o crédito produtivo que o Governo quer. O crédito produtivo, na agricultura, tem que ter assistência técnica. Estamos buscando uma solução para a questão assistência técnica; sem ela, vai ficar difícil tornarmos esse crédito produtivo e eficiente. Essa é uma demanda do setor que precisa ser resolvida pelo Governo e principalmente pelas



cooperativas, que precisam se integrar mais nessa questão da assistência técnica.

Dito isso, Presidente, encerro, agradecendo esta oportunidade e a satisfação de rever aqui os amigos com quem convivi por tanto tempo. E fico à disposição para as perguntas que queiram fazer. Depois, eu preciso seguir viagem, porque hoje tem reunião do Conselho Diretor, lá em São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias. Agradeço suas palavras com relação a esta Comissão e quero dividir seus elogios com o nosso Vice-Presidente Moka e todos os membros desta Comissão, que têm feito, realmente, um trabalho em conjunto para que possamos debater e discutir os assuntos pertinentes à agricultura brasileira. Tenho certeza que, ao levar o pensamento do agricultor às decisões do Banco do Brasil, V. Ex^a tem ajudado muito, tem contribuído muito para com o agricultor brasileiro e também com o Governo brasileiro. E tenho certeza de que vamos atingir essa meta de crescimento e de desenvolvimento. Conseguiremos ser o maior produtor de alimentos do Planeta, graças a interveniências como a sua para que tenhamos com o nosso produtor rural essa atenção de que ele precisa para ter essa assistência técnica tão necessária e que faz aumentar a produtividade sem ter que aumentar a quantidade de terra de plantio. Eu imagino que esse deve ser o grande objetivo e o grande segredo de aumentar a produtividade sem aumentar a quantidade de terras plantadas

Pela ordem, Senador Suplicy.

Na sequência, Senador Moka, Senador Casildo,...

Muito bem. Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar nosso colega ex-Senador Osmar Dias, hoje Vice-Presidente do Banco do Brasil, também o Sr. Gilson Alceu Bittencourt, o Sr. José Carlos Vaz, o Sr. Laudemir André Muller e o Sr. Jenner Guimarães do Rego. Quero dizer uma palavra em especial ao vice-Presidente Osmar Dias, do Banco do Brasil, cumprimentá-lo por sua contribuição, conhecimento e experiência na área da agricultura e transmitir o agradecimento à sua atenção no que diz respeito a um dos temas a que V. Ex^a mais tem se dedicado durante o nosso tempo de convivência aqui: as cooperativas que V. Ex^a há pouco mencionou.

Gostaria de lhe dar a informação de que, ainda ontem, falei com o Senador Delcídio do Amaral, uma vez que a Senadora Gleisi Hoffmann, a partir de ontem, já não é mais Senadora, e terá o Senador Delcídio do Amaral que designar um novo Relator para o projeto sobre o qual temos conversado, o das cooperativas. Eu queria dizer que as diversas entidades representativas da agricultura familiar, que V. Ex^a conhece bem, interessadas no projeto, deverão encaminhar, nos próximos dias... Encaminhariam à Relatora, a V. Ex^a e a mim



próprio algumas recomendações, mas isso agora vai para o novo Relator que o Senador Delcídio do Amaral irá designar. Então, só para informar e dizer da minha disposição de cooperar com V. Ex^a, que continua sendo o autor do projeto que está sendo examinado, juntamente com o projeto que eu apresentei.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Jayme Campos, pela ordem de inscrição.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Acir, senhores convidados, a quem saúdo na pessoa do nosso colega, vice-Presidente do Banco do Brasil, Senador Osmar Dias, caros Senadores e Senadoras aqui presentes, quero apenas dizer da nossa alegria e do nosso contentamento por estarmos hoje recebendo o valoroso e competente Senador Osmar Dias, que, com certeza, deixou marcas indelévels no Senado Federal do seu trabalho, além de competente, acima de tudo, ético. Desta feita, com certeza, ocupando essa tão importante diretoria do Banco do Brasil, vai fazer um trabalho que certamente poderá melhorar até a imagem do próprio Banco do Brasil em determinados momentos, na medida em que V. Ex^a aqui disse que quarenta mil produtores que estavam à margem de financiamento já foram incluídos, ou seja, poderão receber novos financiamentos.

Todavia, V. Ex^a tocou em um assunto muito importante, meu caro Senador, em uma matéria muito interessante e oportuna, que é a questão do Código Florestal Brasileiro. Lamentavelmente – V. Ex^a tem muito mais conhecimento do que eu –, esse é um código ultrapassado, superado, da década de 60 – 1964. Por incrível que pareça, eu acho que é um dos primeiros projetos interessantes que estamos discutindo.

Lamentavelmente – o senhor participou por dezesseis anos desta Casa –, nos últimos tempos, passamos a ser meros carimbadores de papéis, ou seja, um cartório, em relação às medidas provisórias. E quero crer que poderemos sanar, sobretudo, as dúvidas que existem quanto à insegurança jurídica do campo brasileiro. Todavia, V. Ex^a também disse aqui que poderíamos produzir muito mais. De acordo com dados e números muito significativos, poderíamos ampliar muito nossa produção, em razão, naturalmente, das áreas degradadas em abundância.

Exemplificando, meu caro Presidente, o Mato Grosso, particularmente, tem quase 26 milhões de hectares de terras, conforme os números que V. Ex^a citou, meu caro Senador, ocupadas por 0,4, 0,3. Mas, aproveitando a presença da diretoria e do MDA, que é muito importante, quero chamar a atenção para o fato de que precisamos de crédito, mas de um crédito subsidiado, no bom sentido. O crédito praticado hoje no Brasil, sobretudo pelo próprio Banco do Brasil, é inconsistente. Naturalmente, o cidadão vai tomar um



financiamento para comprar calcário, equipamentos mecânicos, adubo ou fosfato para recuperar sua terra. É fundamental – o senhor conhece muito bem, assim como o José Carlos, que é do ramo há muitos anos, conheci seu velho e querido pai também – travar um debate, uma discussão que permita conceder financiamentos compatíveis com a nossa realidade, sob pena de... Como o senhor muito bem disse, hoje temos 80% de homens do campo com uma renda *per capita* de R\$6.200,00. Fruto de quê? Dos grandes assentamentos e das pequenas propriedades que hoje o Brasil tem, e que não são poucas, são milhões delas. E, lamentavelmente, algumas dessas pessoas não têm nem acesso ao crédito, em razão das dificuldades, não só da LAU, do GEO e da própria regulação fundiária que no Brasil, lamentavelmente, hoje é pouca, sobretudo nessa vasta região do Brasil, que abrange as regiões Centro-Oeste e Norte, a Amazônia brasileira, em que não há acesso a financiamento.

Portanto, estou apostando em V. Ex^a, pela experiência e por ser conhecedor profundo da matéria. Aprendi muito com o Osmar Dias aqui. De vez em quando, não sabia da situação de alguns assuntos e perguntava: “Meu professor, como é que funciona isso, de fato, na prática?”; “É assim, Jayme: pá, pá, pá...” Então, foi um verdadeiro mestre nosso aqui na Comissão, como também no plenário da Casa.

Quero saudá-lo e cumprimentá-lo. E espero que possamos, com certeza, multiplicar, triplicar, como na década de 90, a nossa produção, através da tecnificação, através de uma extensão agrícola. Ou seja, a extensão no Brasil é precária. No Mato Grosso, particularmente, posso dizer, não existe assistência técnica. É uma piada, é uma brincadeira o que se faz hoje em termos de assistência técnica. Nunca se deu prioridade. Hoje, é vergonhoso dizer que um engenheiro agrônomo da Empaer, em meu Estado, ganha R\$2.500,00 – R\$2.500,00! – e um técnico agrícola ganha R\$1.260,00. É vergonhoso. É vergonhoso. Nunca se vai achar profissional para prestar uma boa assistência técnica em órgãos públicos de Mato Grosso particularmente, não vou falar por outros Estados da Federação. Portanto, quero cumprimentá-lo. Espero que possamos ter realmente uma alta produção brasileira. Dizem que produzimos muito, mas é muito pouco se comparados a outros países. O senhor disse que, só em arroz, a China produz mais do que o Brasil produz de tudo, seja arroz, soja, algodão, milho. O Brasil produz 160 milhões de toneladas, enquanto a China produz duzentos e tantos milhões de toneladas só de arroz.

De forma que estamos apostando principalmente na Presidente Dilma. Que ela veja a agricultura brasileira, sobretudo a pequena agricultura, que está à margem de financiamento. Eu digo que fico assombrado, horrorizado. Tive a oportunidade de visitar alguns assentamentos em Mato Grosso, José Carlos, e vi o estado de miséria. Não adianta fazer reforma agrária no Brasil e o cidadão ficar ali e não ter saúde, não ter educação, não ter crédito agrícola, não ter nada. É vergonhoso. Em um país fantástico como este, que tem terras boas,



tem clima, tem tudo, precisamos de quê? De boas políticas públicas. E, lamentavelmente, isso não está tendo no Brasil. Espero que possamos mudar.

Quero cumprimentar V. Ex^a, meu caro amigo Osmar Dias, assim como as demais autoridades do setor, na certeza absoluta de que vamos trabalhar na busca de boas políticas públicas para o nosso País.

Um abraço. Felicidades. Que Deus abençoe V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu vou me limitar a fazer uma saudação ao amigo, até para não prejudicar, porque acho que temos que ouvir o resto dos convidados. E as perguntas que eu faria ao nosso Senador Osmar Dias farei ao representante de agronegócios.

Mas, Senador Osmar Dias, quero dizer da alegria que nós aqui temos com essa indicação. Quero dizer isso e deixar muito claro, até porque ficamos muito felizes quando vemos que alguém que assume um cargo conhece o assunto profundamente. Isso é importante. Você leva exatamente para o Banco do Brasil a dificuldade que os produtores têm. Isso é fundamental, não tenho dúvida. Como a experiência já colocada aqui rapidamente, de que não adianta só o crédito do Pronaf se não houver assistência técnica. Isso é fundamental. Se dermos o dinheiro para o pequeno produtor e se ele não tiver alguém que o oriente tecnicamente, ele não vai aproveitar aquele recurso, ou vai aproveitar 50%, não tenho a menor dúvida disso.

Então, quero dizer da nossa satisfação e que, tenho certeza, vamos continuar o debate. Tenho algumas questões importantes para discutir, para debater com o Gilson, mas não quero tomar mais tempo, porque é fundamental que possamos ouvir os outros convidados e, aí sim, fazer um grande debate, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Igualmente, Sr. Presidente, quero, em breves palavras, saudar nosso velho amigo, o Senador Osmar Dias, e demais convidados.

Eu vinha de um compromisso externo, escutando a Rádio Senado, a palestra do nosso eminente Senador Osmar Dias, e chamou-me a atenção o fato de que dezesseis ou dezessete milhões de pessoas no Brasil estão na linha de pobreza e que cerca de 47%, ou coisa que o valha, encontram-se no meio rural. Fiquei escutando aquilo no caminho. São dados que eu não conhecia. E, ainda, a importância de atacar e de enfrentar isso. Gostei também daquela coisa moderna de consorciar a pastagem, a agricultura e o reflorestamento. Consorciado. Isso embeleza. Quem escuta isso fica com tesão, no bom sentido,



de praticar a agricultura, os pequenos negócios, a pequena agricultura, como a nossa, a catarinense. E assim no Brasil, com o aproveitamento das áreas. Um trabalho consorciado.

E sei que o amigo Osmar Dias, à frente disso... E até, não sei por que... Claro, o Paraná o queria como governador, mas o Brasil não queria que ficasse só lá, que ficasse para o Brasil, para trazer essa tecnologia moderna, esse avanço. O Brasil não quis abrir mão, que ficasse no Paraná, como governador, e ter que ficar mais um tempo ainda para ajudar o agronegócio no Brasil, o pequeno produtor. Pois bem, esse consórcio... E vai ajudar, sem dúvida alguma, o consorciado. A lavoura, a pastagem e o reflorestamento. E os consorciados. Vai ajudar a diminuir os 47% de pobreza e também a fazer com que a pessoa fique lá e não venha ajudar a criar favelas nos centros urbanos neste Brasil afora.

Tenha sucesso. E o sucesso, meu amigo Osmar Dias, desse projeto é o sucesso do Brasil, tenha certeza.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e cumprimentar os demais membros da Mesa, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Integração, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sei que esta audiência vai se estender – nós também temos agora a sabatina do novo diretor da Anac, Dr. Guarany, então, daqui a pouco, temos que ir também à Comissão de Infraestrutura –, mas eu não podia deixar de especialmente vir cumprimentar o nosso querido Vice-Presidente – agora, é um nome longo – de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil. É grande o título! Antes, o Osmar era só Senador. Venho cumprimentar o nosso querido Vice-Presidente do Banco do Brasil, o Senador Osmar Dias, e reiterar o que os Senadores aqui falaram também: o papel que o Senador Osmar Dias cumpriu aqui.

Um dos Senadores mais competentes desta Casa – disparado –, homem sério, homem de bem, alguém com quem aprendi que não adiantava entrar em um debate com ele despreparado, porque o Senador Osmar Dias sempre se destacou pelo seguinte: falava sobre aquilo que tinha conhecimento, ou sobre o que tinha feito a lição de casa; não ficava dando opinião sobre tudo e sobre todos sem consistência e sem base. Então, isso não é fácil, principalmente para nós que somos políticos.

O Senador Osmar Dias também teve um papel muito importante no Paraná, para o Brasil, como Senador da República e como candidato, também, a governador, inclusive na eleição da Presidenta Dilma. Foi crucial a candidatura do Senador Osmar Dias. E ele vai ser governador do Paraná, porque reúne todas as condições necessárias para governar o seu Estado. E, agora, em uma



nova missão: um vice-presidente que conhece o babado; não aprendeu agronegócio na cátedra; é um camarada que convive com isso, trabalha nisso, tem propriedades, é produtor rural e, portanto, tem competência para exercer essa vice-presidência. E não tenho dúvida nenhuma de que os produtores rurais vão ter um parceiro, vão ter alguém que entenda do negócio; não só alguém que tem uma visão de banco – a importância do Banco do Brasil para o nosso País – , mas também alguém que conhece o outro lado do balcão. E não é fácil. Aparentemente, é óbvio. Mas não é fácil a gente ter alguém que conhece as duas pontas.

Eu só queria fazer um registro, meu caro Osmar, com relação ao Código Florestal. Ontem, tive a oportunidade de acompanhar uma reunião que houve no Ministério do Meio Ambiente com o Senador Luiz Henrique, com o Senador Tião Viana, com o Senador Acir. Eu estava de bicão lá, fui lá tratar de outra coisa, fui tratar do nosso Pantanal...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Falei do Tião? Não, o Tião está no Acre. Jorge Viana e também o Senador Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente. Participei, rapidamente, da reunião – eles já estavam já desde cedo discutindo com a Ministra Izabella –, e uma coisa me chamou a atenção. Acho que o Senado vai ter tempo suficiente para fazer uma discussão mais ampla do novo Código Florestal, tudo indica que as coisas vão caminhar nesse sentido e, possivelmente, com a extensão do famoso decreto de 11 de junho, mas me chamaram a atenção algumas coisas que foram lá debatidas e que eu não podia deixar de registrar, alguns desafios que nós temos, não só com relação ao texto, mas também com relação a alguns temas que são valiosos para uma política ambiental e uma política voltada para o Brasil, uma grande economia na produção de alimentos, que nós não podemos esquecer.

Houve uma discussão, Senador Osmar Dias, muito territorialista, que é fundamental, mas não podemos esquecer também de uma visão de sustentabilidade, de recuperação de área degradada que, lamentavelmente, premidos pelo tempo, a Câmara teve que efetivamente discutir e votar o projeto. E entrando em outros assuntos que, no meu ponto de vista, não podemos ficar para trás com essa oportunidade de votar o novo Código Florestal aqui, que é sequestro de carbono, o mercado de carbono, que são coisas absolutamente atuais e que vão ter uma representatividade grande sob o ponto de vista de economia mundial.

Só registrar isso, porque V. Ex^a lembrou e destacou a preocupação com relação a essa discussão e acho que precisamos mais do que nunca qualificar ainda mais esse texto que veio da Câmara, que acho que isso vai ser bom para o Brasil.



No mais desejar, meu caro Osmar, todo sucesso – competência você tem. Tranquilamente, sei que você terá um grande desempenho no Banco do Brasil, e nós somos seus soldados aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Delcídio do Amaral.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Senador Acir, não vou poder ficar para o almoço – o Acir convidou todo mundo aqui para almoçar. Mas também não preciso mais nem almoçar, depois de tudo que ouvi aqui. Não preciso mais nem almoçar hoje.

Foi para mim muito bom voltar ao Senado Federal, não só pela oportunidade de rever tantos amigos e poder chamar a todos pelo nome, mas principalmente porque isso reforça um princípio que tenho: a gente não pode passar por um lugar sem deixar nesse lugar realizações, boas lembranças, enfim, a gente deve plantar dignidade por onde a gente passar. Felizmente, posso voltar ao Senado e receber esses elogios, que às vezes fazem parte até da amizade que todos têm para comigo, mas fico emocionado, realmente emocionado, porque foram 16 anos aqui e nesses 16 anos procurei plantar dignidade nesta Casa. É isso que estou fazendo por onde estou passando. Em nenhum cargo público a gente tem o direito de exercê-lo pensando mais na gente do que nos outros. A gente tem que pensar no coletivo, e estou no Banco do Brasil hoje muito orgulhoso e agradecendo a oportunidade que me deu a Presidente Dilma, para dizer aos produtores rurais deste País: nunca quebrei o pacto com os produtores rurais. Alguns até usaram isso pela aliança que fiz para disputar as eleições do Paraná maldosamente. Mas a oportunidade que a Presidente Dilma me deu foi para reafirmar o pacto que firmei desde o dia que nasci com os produtores rurais. Porque eu sou um produtor rural com muito orgulho. Sou um produtor rural que posso bater no peito e dizer, como dizia meu pai lá atrás: “Essa é uma das profissões mais nobres que existem no mundo”. Eu exerço essa profissão nobre que é ser produtor de alimentos neste País.

Portanto, estou aqui muito orgulhoso de poder revê-los, colocando-me à disposição para voltar. E agora tenho que ir realmente para São Paulo, porque senão acabo perdendo o emprego lá no Banco; e aí não tenho mais mandato aqui no Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, antes de o Senador Osmar Dias terminar, gostaria de falar para fazer um registro.

O SR. OSMAR DIAS – Só um minutinho.

Delcídio, fico muito feliz que você tenha assumido a relatoria do projeto que é de minha autoria, do cooperativismo, é isso?



O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Como sou presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e depois do que o Senador Suplicy falou aqui, sinto-me obrigado a indicar o Senador Eduardo Suplicy para ser o Relator.

O SR. OSMAR DIAS – Ele não pode, ele é autor de um dos projetos. Aí ele vai aprovar o dele e deixar o meu para trás.

Fiquei com a barba branca debatendo este projeto. Ele é de 1999, portanto do século passado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – De 1900 e quanto?

O SR. OSMAR DIAS – De 1999.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Então é do século passado.

O SR. OSMAR DIAS – É do século passado.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Senador Delcídio do Amaral, se V. Ex^a acatar a sugestão do Senador Osmar Dias e se auto-designar, V. Ex^a pode, sim, ser o Relator de ambas as proposições para um bom entendimento.

O SR. OSMAR DIAS – Peço desculpas aos outros convidados por ter tomado o tempo, mas achei importante que também introduzíssemos no debate essa questão do Código Florestal. E quero me colocar à disposição da Comissão para esse debate sobre o Código Florestal, porque antes de eu sair daqui eu debati muito, e o Moka participou de muitas reuniões sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para dizer ao Senador Osmar Dias que, quando aprovarmos o seu projeto, poderemos dizer que é de autoria de um Senador do século passado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Antonio Carlos Valadares com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, é tão somente para me regozijar com a presença do Senador Osmar Dias, Vice-Presidente do Banco do Brasil, que comparece a esta Comissão para participar de um debate muito importante. Também quero dizer que, durante os 16 anos que ele passou aqui – e eu também já tenho 16 anos de Casa –, pude constatar pessoalmente o seu compromisso com o meio rural, com o pequeno e o médio empresário, com os produtores rurais do Brasil, notadamente do seu



Estado do Paraná. Ele também foi um grande Secretário de Agricultura, dando uma contribuição inestimável ao aperfeiçoamento de diversas matérias e apresentando outros tantos projetos como este a que ele se referiu, ao qual eu vou me somar durante a sua tramitação, apesar de já estar tramitando desde o século passado.

Conte V. Ex^a, Senador Osmar Dias, com o meu apoio nas proposições que aqui deixou e tenha certeza de que confiamos no seu trabalho no Banco do Brasil. Acho que quem ganhou foi o Banco do Brasil. O Senado perdeu. O Paraná perdeu. Mas o Banco do Brasil ganhou um grande produtor rural a serviço do Brasil.

Meus parabéns e que Deus o ajude nessa nova função. Esperamos que daqui a quatro anos V. Ex^a retorne.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Agradeço mais uma vez, Senador Osmar Dias, pela sua presença e por ter trazido, nesta manhã, um pouquinho da sua experiência para nós, Senadores. Deu para sentir que V. Ex^a é muito bem quisto aqui. Volte sempre. Esperamos realmente a sua volta.

O SR. OSMAR DIAS – Desde já estou me comprometendo com V. Ex^a para comparecer à feira de Ji-Paraná, no seu Estado, a fim de debatermos mais sobre agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dia 15 estaremos em Ji-Paraná com o Senador Osmar Dias.

Vou-lhe acompanhar. Só um minuto.

Passo a palavra ao Dr. Laudemir André Muller, Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E convido o Senador Waldemir Moka para presidir enquanto eu acompanho o nosso Senador Osmar Dias até a porta.

Obrigado.

Com a palavra o Dr. Laudemir.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MULLER – Bom dia a todos e a todas, Srs. e Sr^{as} Senadores, Senador Waldemir Moka, que preside a reunião neste momento, prezados colegas do Banco do Brasil e do Governo Federal:

Com a sua permissão, Senador, vou tecer rápidos comentários sobre qual é a nossa estratégia central para o Plano Safra no que tange à agricultura familiar, destacando e já usando as falas anteriores, principalmente do Senador e Vice-Presidente do Banco do Brasil, e também, principalmente, do excelente trabalho que vem sendo feito em conjunto entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda em relação à simplificação para dar mais agilidade e eficiência ao crédito rural e outras políticas para agricultura e, no meu caso especialmente, para a agricultura familiar.



O primeiro aspecto que eu queria destacar aqui em relação à estratégia do Plano Safra para a agricultura familiar é que estamos fazendo um grande trabalho de buscar, como resultado, ampliar a capacidade de investimento da agricultura familiar. Isso que nós queremos fazer. Por quê? Porque temos uma agricultura familiar bastante forte no nosso País; temos nossas políticas de crédito bastante adequadas à agricultura familiar, que foram construídas ao longo de todos esses anos, de vários anos, desde 2003 – até mesmo antes disso –, e temos um País que cresce, que cresce de forma acelerada e que precisa de alimentos. E a agricultura familiar dialoga muito com isso.

Então, todo esse trabalho que o Dr. Gilson muito bem colocou de simplificação, de modernização vai dar mais agilidade, vai dar mais capacidade de investimento para a agricultura familiar. Junto com isso, estamos fazendo, basicamente, dois grandes movimentos, dois grandes avanços, além da simplificação e junto da simplificação, que são aumentar os limites de crédito para a agricultura familiar e reduzir ainda mais as taxas de juros.

Então, hoje, a agricultura familiar, na prática, vai poder tomar crédito até R\$200 mil, sendo que quem tomar até R\$10 mil vai pagar 1% de taxa de juros; e quem tomar acima de R\$10 mil vai pagar 2% de taxa de juros. Antes não era assim; até agora não era assim. Havia várias taxas de juros. Algumas muito acima de 2%. Havia vários limites de pagamento. Alguns eram de oito anos, outros eram de dez anos. Algumas taxas eram diferentes. Então, estamos fazendo um grande processo de simplificação, vamos dizer assim, com vantagem para o agricultor, tanto no aumento do limite quanto na redução da taxa de juros, como, por exemplo, no Mais Alimentos, que é um programa muito forte e que está rodando muito bem, que é de modernização e de compra de máquinas e equipamentos para a agricultura familiar. Temos um crédito até R\$130 mil a 2%. Quem tomar até R\$10 mil e comprar equipamento de baixo custo vai ter uma taxa de juros pela metade, que é 1%, com prazo de 10 anos com até três de carência para pagamento. Tem uma exceção a isso, que é uma exceção muito vantajosa, e o Dr. Gilson colocou aqui, que é um crédito específico e especial para os agricultores que estão, principalmente, no semi-árido brasileiro, no Nordeste brasileiro, que é o microcrédito rural, que chamamos de crédito do Pronaf do Grupo B, cuja taxa de juros é de apenas 0,5% ao ano. E quem pagar em dia ainda tem um rebate de 25%. Estamos aumentando esse limite. Hoje, o agricultor podia tomar até R\$6 mil. Estamos aumentando esse limite para R\$7,5 mil; estamos aumentando o limite de crédito na agroindustrialização, passando de R\$20 mil para R\$50 mil, ampliando a capacidade de tomar crédito das cooperativas, em alguns casos estamos duplicando a capacidade das cooperativas de tomar crédito.

Então, essa é a nossa primeira grande estratégia, vamos dizer assim. Eu diria, talvez, uma das mais importantes, que é aumentar a capacidade



de investimento da agricultura familiar para produzir alimentos, com a simplificação do crédito, redução da taxa de juros e aumento dos limites.

Eu queria fazer dois destaques em relação a isso: um deles é um crédito específico para a juventude, para jovens do meio rural, jovens de até 29 anos. Então, estamos reformulando essa linha de crédito para a juventude rural; estamos ampliando o limite de crédito, chegando até a R\$12 mil, com recursos da União à taxa de juros de 1%. Então, um crédito bastante interessante justamente com o objetivo da permanência da juventude no meio rural, porque isso para nós é bastante importante. E também um crédito específico para o semi-árido brasileiro, que é o Pronaf Semi-Árido, com o qual também estamos mexendo nas taxas de juros e ampliando nosso limite, passando para um limite maior em relação ao atual.

Então, essa é a primeira grande questão que eu queria ressaltar aqui, Srs. Senadores e demais, em relação à estratégia para a agricultura familiar nesse próximo Plano Safra, que tem a ver com o tema de aumentar a capacidade de investimento da nossa agricultura familiar.

O segundo aspecto, e aqui foi muito bem salientado, e o Senador e, agora, Vice-Presidente do Banco do Brasil, Osmar Dias, salientou com bastante ênfase – o que achamos ser muito correto – o tema da assistência técnica à extensão rural. Não faz sentido nós termos um crédito para a agricultura se junto desse crédito não houver um acompanhamento técnico a essas famílias para que esse crédito possa ser, por um lado, bem aplicado – que ele renda e tenha produção – e, por outro lado, que gere capacidade econômica e capacidade de pagamento desse crédito da agricultura familiar. Então, nós estamos fazendo um grande esforço em relação ao tema da assistência técnica e ao da extensão rural. Nós, hoje, no Brasil, recuperamos o sistema público de assistência técnica. Nós temos, hoje (em nosso sistema), ao redor de um milhão e quinhentas mil famílias que recebem assistência técnica, em torno de setecentas a oitocentas diretamente com recursos do MDA, via chamadas públicas de Ater. Então, são muitos agricultores que recebem assistência técnica. Porém, nós estamos com mais ou menos um milhão e quinhentas mil famílias, só que nós temos quatro milhões de agricultores familiares. Então, nós avançamos muito, mas ainda estamos muito aquém daquilo que nós temos de fazer. Precisamos de mais investimento em relação a isso e de mais qualificação.

E um dos desafios que nós temos é o de encontrar técnicos adequados e que tenham essa capacidade. E não é qualquer assistência técnica... Fazer um acompanhamento técnico detalhado (com o que de fato renda para o agricultor) custa caro. Infelizmente, nós tivemos cortes no orçamento que encaminhamos ao Congresso no ano passado. A Presidenta Dilma tomou uma atitude muito importante há três semanas: nós tivemos todo nosso orçamento de assistência técnica à extensão rural liberado. Nós estamos



atuando... E também há um compromisso da Presidenta Dilma de que, se nós conseguirmos aplicar – e isso vale para o Governo Federal, para todas as empresas e entidades contratadas que nós temos de assistência técnica à extensão rural – poderemos ter a possibilidade de suplementação orçamentária pela importância que tem o tema da qualificação e o tema da assistência técnica à extensão rural no meio rural. Isso tem a ver não só com a agricultura, mas também tem a ver com equipamentos e com a qualificação, inclusive com a do trabalho dos técnicos.

Junto com isso tem todo o trabalho que estamos fazendo no próximo Plano Safra e que tem a ver com o fato de dar mais segurança para a agricultura familiar. Hoje nós temos no Brasil um dos sistemas mais avançados de seguro agrícola do mundo, porém muito aquém de nossas necessidades e temos, mais ou menos, um milhão e quinhentas mil famílias que têm acesso a algum tipo de seguro rural no Brasil. Nós temos um seguro específico da agricultura familiar vinculada ao crédito, que é o SEAF, temos um seguro específico para a região da SUDENE, para o semiárido brasileiro, que é o Garantia Safra. Nós temos... Vamos chegar a, provavelmente, mais de novecentas mil famílias seguradas nesse tipo de seguro. São famílias que têm uma renda bastante baixa e é um programa muito específico para o semiárido brasileiro e que ajuda muito nossa agricultura, especialmente nessa região, sobretudo neste momento muito complicado quando vem uma estiagem ou quando vem uma enchente. Então, isso é um tema muito importante.

Nós temos um programa de garantia de preços da agricultura familiar que está vinculado ao crédito e o chamamos de PGPAF. Então, esse conjunto de ações permite que a agricultura familiar avance em seu investimento. Com a assistência técnica, nós temos de ampliar e aperfeiçoar melhoria na qualidade desse crédito e melhoria na qualidade da produção e, junto com isso, o tema da segurança na produção com essa diversidade de mecanismos que nós estamos trabalhando.

Nós estamos trabalhando dentro do Governo e acompanhados, muito de perto, pelo Ministério da Fazenda na busca da ampliação desses três tipos de seguros agrícolas no que concerne aos preços e à ampliação dos bônus que os agricultores recebem. Então, hoje, um agricultor familiar pode receber de bônus, em um dos modelos de seguro que a gente tem, até R\$5 mil. Nós estamos trabalhando para ampliar isso. Não temos essa definição ainda, provavelmente nós a teremos no Conselho Monetário Nacional no próximo mês. Então, esse é outro aspecto muito importante com que nós estamos trabalhando. E eu queria, sendo bastante expedito aqui, sendo bastante rápido, em função do adiantado da hora já, apresentar o nosso último ponto, vamos dizer assim, que conforma a estratégia geral do nosso Plano Safra, que é o plano da renda para a agricultura familiar e organização econômica.



Nossa avaliação como Ministério, como Governo, é a de que nós avançamos muito nos últimos anos, com o crédito para a agricultura familiar, com assistência técnica, com outras formas de seguro agrícola, enfim, tudo que mencionei aqui.

É claro que temos de ampliar e de aperfeiçoar muito, mas avançamos muito em relação a isso. Agora, o que falta mesmo para a agricultura familiar, principalmente neste momento histórico que o País vive, que é de crescimento acelerado – em que precisamos de mais alimentos, inclusive como elemento central da nossa política econômica de estabilidade, em que os preços têm um diálogo direto com o tema da inflação, que tem a ver com taxa de juros, a qual tem a ver com crescimento –, então, nesse ambiente, o que temos de inovar, na nossa percepção, é o tema da organização econômica da agricultura familiar e da renda para a agricultura familiar.

Então, estamos trabalhando muito para haver, por exemplo, assistência técnica de mercado para a agricultura familiar. Nós achamos que não temos de dar só assistência técnica para produzir feijão, milho, arroz, leite. Achamos que temos de ter assistência técnica, inclusive para a agricultura familiar organizar-se do ponto de vista da gestão e dos seus empreendimentos, das suas cooperativas. Para quê? Para melhorar a comercialização, para se acessar o Programa de Aquisição de Alimentos, para se poder, de uma forma organizada, viabilizar a alimentação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar e para se ter acesso a um programa, a uma ação histórica, para nós, da agricultura familiar, que foi a determinação da Presidenta Dilma de criar uma Política de Garantia de Preços Mínimos específica para a agricultura familiar.

Todos os senhores sabem que o Brasil tem uma política muito arrojada, que é a PGPM, Política de Garantia de Preços Mínimos, que já vem de longa data, mas essa política atendia, de uma forma parcial, de uma forma não adequada, à agricultura familiar. E a Presidenta Dilma determinou que se criasse – estamos trabalhando nisso – uma Política de Garantia de Preços Mínimos específica para a agricultura familiar, que contemple as especificidades dela.

Então, junto com a ampliação do PAA, Programa de Aquisição de Alimentos; com a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar; com as relações que estamos construindo na agricultura familiar, por exemplo, com os supermercados, com a Abras, Associação Brasileira dos Supermercados; e com a PGPM específica para a agricultura familiar, achamos que vamos completar um ciclo muito interessante de política para a agricultura familiar. Junto com todo o tema da simplificação arrojada e com a modernização do nosso crédito, vamos dar mais capacidade de investimento para a agricultura familiar; também, com a qualificação técnica para esse investimento e para o aumento da produção, junto com o tema da segurança, com os nossos três tipos de seguro agrícola. E mais: agora, completando-se esse leque, eu diria, com o tema da organização econômica e da renda para a agricultura familiar, com



esses mecanismos todos que já temos e com este mecanismo novo, específico, que é o Programa de Garantia de Preços Mínimos para a Agricultura Familiar.

Então, achamos que, com isso, nós podemos inaugurar, talvez, um novo processo na agricultura familiar, em que podemos engatá-la nesse vagão, vamos dizer assim, ou nesse trem que passa de uma forma acelerada, que é o crescimento da economia brasileira. Teremos uma economia de grande classe média com capacidade de consumo cada vez maior. Nós precisamos produzir alimentos para exportar; nós precisamos produzir alimentos para o consumo interno; nós precisamos ter uma política que estabilize os preços para os produtores, para os consumidores, porque isso é essencial para o nosso crescimento com estabilidade. E achamos que a agricultura, se corretamente estimulada, tem a capacidade, sim – ela demonstra isso –, de produzir e de cumprir este papel muito importante para este momento que o País vive, que é o de produzir alimentos, o de gerar emprego. Também, do nosso ponto de vista, esta é a principal forma de estimular a agricultura familiar, para produzir alimentos e também para superar a condição de extrema pobreza no meio rural: transformar esses homens, mulheres e jovens, agricultores e agricultoras, que estão nessa condição de extrema pobreza, transformá-los, estruturar a produção dessas famílias, para que elas possam também receber transferência de renda, mas sobretudo ter capacidade de produção e ter renda; a partir da sua produção, produzir alimentos para a sua família, a família desses agricultores, mas também produzir alimentos para o nosso País.

Então, essas são as grandes diretrizes aqui. Eu fico à disposição não só agora, mas eventualmente para voltar, para podermos detalhar e entrar em alguns mecanismos. O Dr. Gilson já salientou alguns deles, e eu não tenho tempo aqui para detalhar todos eles – estamos trabalhando bastante em relação a isso. E, mais uma vez, dizer da satisfação e da alegria de o nosso Ministério ter sido convidado para participar disso; e também da alegria minha, como filho de pequeno agricultor e filho de agricultor familiar, como Secretário Nacional de Agricultura Familiar, poder estar aqui no Senado Federal e discutir importantes medidas que teremos para a agricultura familiar no nosso Plano Safra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Laudemir André Muller, Secretário de Agricultura Familiar no Ministério de Desenvolvimento Agrário, quero passar a palavra ao Sr. Jenner Guimarães do Rêgo, Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO REGO – Bom dia a todos e a todas presentes. Bom dia, Senador. Queria agradecer pela oportunidade deste convite e dizer que o Ministério da Integração vê com muito bons olhos as iniciativas relacionadas à agricultura familiar sobretudo e que, da nossa parte, embora não tenhamos linhas de financiamento e recursos diretamente ligados



ao segmento, exercemos, através dos fundos constitucionais de financiamento, uma atividade complementar ao financiamento dos produtores rurais em toda a Região Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Não teria neste momento muito a acrescentar em relação às propostas apresentadas, Gilson, mas me satisfaz muito, como funcionário de carreira do Banco do Nordeste, onde tive a oportunidade de trabalhar na área de crédito rural, perceber essa iniciativa como uma coisa muito importante devido à diversidade de normas expedidas diariamente, relacionadas à operacionalização do crédito rural.

Então, é muito bem-vinda uma medida como essa. Certamente, vai facilitar não só o trabalho nas agências bancárias, mas sobretudo o acesso dos produtores às linhas de crédito disponíveis. Gostaria de enfatizar que estamos disponíveis para participar e ajudar no enriquecimento desse debate, assim que os senhores entenderem como conveniente e oportuna a nossa participação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecemos ao Sr. Jenner Guimarães do Rêgo, de imediato, passando a palavra ao Sr. Gilson Bittencourt.

Ah, desculpe, a ordem foi invertida.

Passamos a palavra ao Sr. José Carlos Vaz, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que fala de imediato.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Bom dia a todos; nossos colegas de Mesa, Gilson, Jenner e Laudemir.

Queria saudar aqui meus ex-colegas de Banco do Brasil, Ives, Álvaro e Rabelo, que continuam sendo companheiros de trabalho e principalmente amigos que a gente terá sempre perto.

Algumas palavras sobre a safra 2010/2011. Ontem, foi divulgado pela Conab, pelo Ministro Wagner Rossi, o nono levantamento da safra, em que foi constatado um aumento diário em relação à safra anterior de 3,8% e um aumento da produção de 8,2% – uma produção de 161 milhões de toneladas, um novo recorde de produção brasileira, mas com grande destaque, que é o recorde de produtividade. Acho que esse é o grande destaque desse levantamento que foi anunciado. Acho importante compartilhar, registrar e transmitir aqui os cumprimentos aos produtores rurais brasileiros que conseguiram esse extraordinário resultado não só em volume, mas principalmente em produtividade.

O grande destaque é que essa produtividade não foi conseguida só porque o clima teve bom comportamento na safra que estamos colhendo, mas principalmente pela inclusão de tecnologia. Isso é uma consequência de quê? Dos trabalhos da Embrapa, dos trabalhos das fábricas produtoras de



máquinas e implementos, do pessoal da extensão, da capacidade do produtor e da vontade de usar novas tecnologias, mas é resultado também de uma sequência de três a quatro anos, conforme a região, em que os produtores colheram melhores margens e puderam, com isso, capitalizar-se, reduzir endividamento e investir em tecnologia. Na atividade produtiva, é essencial que haja uma reposição na tecnologia mediante a modernização dos equipamentos e a continuidade da colocação das tecnologias que vão sendo desenvolvidas, sejam os manejos, sejam os produtos que devem ser colocados. Então, é um excelente resultado.

Observamos, no que se refere ao quadro de recursos, que também por conta desse quadro de dois ou três anos que, em geral, a agricultura e os produtores vêm tendo, a demanda foi atendida dentro das condições atualmente existentes na legislação do crédito rural, principalmente a demanda de custeio, que foi atendida satisfatoriamente. Há ajustes que podem ser feitos, há melhorias que podem ser feitas, mas ela foi atendida.

Observamos uma sobra de recursos nos programas de investimento que sinaliza a necessidade de ajuste no modelo operacional, que nós já estamos fazendo para o próximo plano de safra e, principalmente, um trabalho grande que precisa ser feito na divulgação e na capacitação dos técnicos que vão possibilitar a operacionalização desses programas. Há um compromisso forte do Governo e dos bancos operadores dos programas para que esses recursos fluam em maior volume no próximo plano de safra.

No geral, a safra que está sendo colhida apresenta boas margens para o produtor – estamos observando um quadro um pouco mais delicado para o arroz, cujo processo de comercialização está sob acompanhamento do Governo. Diversas medidas estão sendo colocadas em prática, e a nossa expectativa é que, ao longo dos próximos dias, essas medidas comecem a mostrar resultados na gestão dos preços.

O plano de safra 2011/2012, como o Gilson enfatizou, está sendo anunciado em três tempos. Primeiro, na semana passada, foi anunciada a alteração de preços mínimos e dos normativos de crédito para possibilitar aos bancos operadores fazerem os ajustes nos seus procedimentos operacionais, normativos e de sistema, de forma que, pelo quarto ano consecutivo, nós possamos ter o sistema bancário operando o crédito rural já no primeiro dia da safra, 1º de julho. Já havia sido assegurado que iríamos transmitir aqui o nosso reconhecimento pelo trabalho extraordinário e pela coordenação que foi feita pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Banco Central e a integração com o Banco do Brasil, o BNDES, a Conab e a Embrapa. Então, pelo quarto ano consecutivo, em 1º de julho, os recursos já estarão disponíveis nas agências bancárias.

Num segundo momento, ainda este mês, teremos dois eventos, da agricultura empresarial e da agricultura familiar, quando a Presidenta da



República anunciará os volumes de recursos previstos e os orientadores de estratégia e atuação do Governo com relação ao novo ano-safra.

Como o Gilson enfatizou, ao longo deste ano haverá o anúncio e depois a definição da data da vigência das medidas de simplificação do crédito rural, que foram dinâmica e intensamente perseguidas pela equipe do Gilson lá no Ministério da Fazenda e com a integração de todos – a gente tem de reconhecer a abnegação e a disposição de construção que foi feita pela equipe do Ministério da Fazenda, liderada pelo Gilson Bittencourt.

Dos principais ajustes normativos já divulgados, os principais destaques foram as alterações no teto para custeio para a maior parte dos produtos e produtores, houve alteração de valores para cima.

Estamos avaliando a questão da cadeia do milho – pode ser que a gente venha a fazer algum ajuste em relação a milho. Foram feitos ajustes nos tetos para investimento – o Gilson enfatizou isso –, alguns ajustes de taxa nos programas com recursos do BNDES. Houve, em geral, uma redução de taxa e aumento de volume a taxas controladas, com destaque para os médios agricultores. Estou falando da agricultura empresarial. A agricultura familiar, o Valdemir já falou, teve um excelente avanço com relação a esse aspecto. Foram criadas duas linhas que norteiam o processo de modernização da agricultura, que é o financiamento de matrizes e reprodutores e financiamento de canais para os fornecedores independentes de pequeno e médio porte.

O plano vem com uma ênfase muito forte na sustentabilidade, o carro-chefe é o ABC, mas existem outras linhas de crédito. Alguns dos itens financiáveis tiveram redução de encargos. Temos um bom volume de recursos para esses programas. Estamos trabalhando fortemente a divulgação do programa para os produtores e a capacitação das pessoas, dos técnicos que vão elaborar os projetos. Estamos com um trabalho muito forte com o BNDES, o Ministério da Fazenda, o Banco Central e o Banco do Brasil visando a otimizar o processo operacional, de forma que vemos com bastante expectativa positiva o crescimento do desembolso de recursos de investimento nesse novo plano de safra.

Os recursos serão anunciados pela Presidente da República, mas desde já podemos dizer que é um plano pragmático, suficiente e adequado e reconhece a agilidade do Ministério da Fazenda em assegurar os recursos suficientes para tal. São recursos pragmáticos e adequados por conta da continuidade do contexto de boas margens, capitalização, redução de endividamento e investimento em tecnologia, que nós projetamos que os produtores terão na safra que será plantada. Isso em geral, algumas cadeias terão que ser gerenciadas e adequadas. Projetamos que a safra 2011/2012 terá um terceiro e um quarto ano positivos, conforme a região, em termos de geração de margens positivas para os produtores, gerando todos os benefícios daí decorrentes.



Os preços mínimos, em sua maioria, foram mantidos, ou tiveram alguns ajustes para mais. Fizemos apenas ajustes técnicos no feijão e no milho de Mato Grosso e de Rondônia. Embora, possivelmente o milho deverá fugir ao preço mínimo, a rentabilidade do produtor não deverá suscitar muita necessidade de proteção via preço mínimo para o produtor.

Temos recursos suficientes para apoio à comercialização com os programas da Conab, tanto a comercialização da safra 2010/2011 como da safra 2011/2012. Mas o cenário indica a possibilidade de utilizarmos recursos que originalmente seriam utilizados para equalização de juros, eventualmente para equalização de preços ou garantia de preços. Eventualmente, poderão ser utilizados para permitir que façamos uma expansão um pouco mais intensa e agressiva ao subsídio do seguro agrícola, ou para buscarmos novos instrumentos em comercialização, garantia de renda ou proteção contra intempéries.

Temos recursos suficientes para continuidade da expansão do seguro agrícola nos moldes como vem vindo. A grande novidade será um seguro agrícola acoplado com garantia de renda, que começará a ser operado pela seguradora do Banco do Brasil. O seguro agrícola depende de ajustes nas questões orçamentária e de fundo de catástrofe. É essencial que as lideranças contribuam para esse processo. Mas ele depende principalmente de uma mudança cultural do produtor rural. É preciso que conversemos bastante com os produtores e mostremos os benefícios de uma continuada utilização do seguro agrícola, inclusive para recursos próprios. Ele precisa também do desenvolvimento de uma infraestrutura. As seguradoras precisam montar estruturas próprias, as resseguradoras precisam contar com base de dados estatística bastante robusta sobre os riscos, sobre o histórico da atividade produtiva no Brasil.

Nós temos dado saltos bastante significativos no seguro agrícola, mas realmente o potencial a ser feito é enorme e é um dos grandes desafios para os gestores de política agrícola, sejam gestores privados, sejam gestores políticos, sejam gestores técnicos e do Poder Executivo. É um dos grandes desafios na gestão da política agrícola brasileira.

Para a nova safra, os nossos pontos de atenção neste momento têm a ver com a questão do quadro de suprimento de milho – e estamos começando a fazer uma discussão no Governo e ver se há necessidade de já fazer algum ajuste nos próximos meses com relação a isso –, a questão da elevação dos custos de insumos, que é uma realidade, que, por enquanto, nós projetamos que não prejudicarão a ocorrência de imagens positivas para a maior parte das cadeias produtivas, mas está sob acompanhamento, e a questão do comércio internacional de aves e suínos, que pode ter repercussões na cadeia de milho.



Em síntese, nós esperamos um ano-safra com um excelente resultado... Bom, estamos colhendo um ano-safra, 2010 e 2011, com excelentes resultados, ressaltadas algumas cadeias produtivas, entendemos que esses bons momentos continuarão na safra 2011/2012, mas, como a gente já percebe alguns elementos tradicionais do comportamento cíclico da renda da agricultura, como, por exemplo, a elevação do custo dos insumos e como, por exemplo, também um descompasso entre a demanda por compra de máquinas e a capacidade de entrega dessas máquinas, que são elementos que sinalizam a possibilidade de ocorrência de eventos cíclicos na agricultura, seria bastante oportuno que Governo, lideranças setoriais, produtores e lideranças políticas aproveitassem este ano agrícola que estamos começando para fazer alguma reflexão sobre ajustes no modelo de gestão da política agrícola. E isso o nosso Ministro Wagner Rossi está bastante convicto da necessidade de fazer essa discussão, incumbiu a Secretaria de Política Agrícola de procurar todos os entes da sociedade para fazer esse diálogo e essa construção no sentido de a gente construir uma política agrícola plurianual, uma política agrícola declarada, com premissas pré-definidas, paramecanizada, efetiva e tempestiva, menos reativa e mais antecipando os problemas e as soluções.

Era isso que nós queríamos transmitir aos senhores. Estamos á disposição para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos, José Carlos, pela sua presença aqui conosco.

Convido o Dr. Ives Cezar Fulber para fazer parte da Mesa representando o Banco do Brasil. Ele é Diretor de Agronegócios, na ausência do nosso Senador, Vice-Presidente de Agronegócio e Micro e Pequenas Empresas.

Pela ordem de inscrição dos Senadores para debater, com a palavra o Senador Moka.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu tenho preferência.

Ele é um conhecedor do Regimento e, mais do que tudo, é um cavalheiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora, isso acontece quando a gente sai e volta... A senhora me perdoe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa matéria eu tenho que ver.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer, Presidente. Mesmo não tendo assistido aqui, por favor, transmita ao Osmar Dias os cumprimentos porque a exposição dele foi muito competente. Como ele está ausente, por isso eu o faço. Foi competente como a dos demais.



No caso da agricultura familiar – começo pelo Laudemir –, nós fizemos aqui, nesta Comissão, um debate e eu fui provocada pelos movimentos sociais – Via Campesina, MPA, Fetag, MST – a respeito do endividamento do setor. É a agricultura familiar, porque o quadro que V. Ex^a mostrou aqui não é bem o da realidade local.

A dívida, hoje, da agricultura familiar é de R\$30 bilhões, considerando vencidas e vincendas. Em curto prazo, R\$8 bilhões. Eles tentaram uma renegociação dessas dívidas. Estão muito preocupados também com um problema sério, porque começam a vencer agora aqueles prazos de carência daqueles financiamentos de investimento para custeio do Mais Alimentos e máquinas agrícolas. Foi bom para o setor, porque são máquinas de pequeno porte, o que ativou muito a economia em relação a essa matéria.

Então, eu queria essa questão especificamente para o senhor.

Para o Dr. José Carlos Vaz, o senhor mencionou a questão relacionada aos problemas da comercialização do arroz.

Bom, é desnecessário dizer porque eu tenho batido muito nessa questão, e o senhor e o Dr. Gilson têm, no âmbito do Ministério da Fazenda e da Agricultura, tratado muito dessa questão. Então, eu queria ver o que isso sinaliza. Para isso, nós estamos, desde fevereiro, tratando ora com o Ministério da Agricultura, ora com o Ministério da Fazenda. Estivemos com o ex-Ministro Palocci, na quarta-feira, e ele admitiu, até porque foi solicitada uma subvenção, porque já foi aplicado esse instrumento, em tempos passados, até na gestão de Palocci na Fazenda, com os produtores de cana... Então, se seria o caso agora.

O Dr. Gilson mencionou a questão do comprometimento, dentro desse novo Manual de Crédito Rural, da necessidade de comprovação de que o financiamento para indústria está, digamos, associado à obrigação de que a indústria pague ao produtor o preço mínimo. Hoje, existe um mecanismo semelhante. Só que esse critério não é cumprido. O produtor é submetido a uma imposição do preço que a indústria determina. Então, como vai funcionar, se dá para acreditar que vai funcionar.

Numa outra questão do Dr. José Carlos, nós aqui também, na discussão que tivemos, tem um problema sério dentro desse novo Manual de financiamento para estocagem.

Ora, a demora da Conab para fazer o credenciamento de armazéns tem provocado também um problema sério até no caso do arroz. Não há lugar disponível para guardar, para esperar uma melhora da condição de safra.

Essas são as questões iniciais que eu tenho para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Agora, sim, então, com a palavra o Senador Moka, pela inscrição que está aqui.



O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, eu vou começar, Sr. Presidente, falando ao Laudemir.

Laudemir, do jeito que você falou aqui, com seu entusiasmo – você fala sorrindo –, dá a impressão de que a agricultura familiar é a sétima maravilha do mundo. Não é o que a gente encontra.

Eu quero dizer para você o seguinte: eu atuo muito mais na agricultura, vamos dizer assim, de escala. Mas, com a ausência, em Mato Grosso do Sul, do Deputado João Grandão, eu comecei a acompanhar e a ajudar a agricultura familiar e tenho o compromisso, neste mandato como Senador, de ajudar muito mais, o que vou fazer. Eles sabem que é um estilo meio pragmático mesmo, na conversa.

Acho, por exemplo, que... Nessa questão da extensão rural, você falou que se avançou. Um milhão e meio, mas em cinco milhões de famílias...! Eu não vejo, em Mato Grosso do Sul, não vejo essa extensão rural. E eu acho que, com pequenos agricultores sem orientação técnica, ela não vai funcionar. Esse acúmulo de dívida é, em parte, um pouco disso. Você tem que dar o recurso, mas ele vai ter que retornar esse dinheiro. Se ele não tiver uma orientação, essas coisas vão ficando difíceis. Vai acumulando e vai chegar uma hora em que...

Então, eu diria que, de tudo que ouvi aqui, eu acho que essa questão da extensão rural é fundamental. Nós já tivemos, no País, uma extensão rural muito mais técnica. Aí, de repente, foi desestruturando. Eu quero reconhecer que, nos últimos anos, houve um esforço. Inclusive, eu participei, fui um dos que mais ajudaram na aprovação daquele projeto de lei que deu à extensão rural uma outra...

Não é crítica, mas quero dizer para focarem isso, porque isso é fundamental, essa questão. É uma colocação.

Em relação ao José Carlos, que está chegando lá agora...

Uma coisa que eu acho impraticável, Sr. Presidente, é essa coisa do Plano Safra. Nós temos que parar com isso. Nós temos que ter uma política nacional de agricultura. Tem que ter.

Eu até quero saber de vocês, porque a gente havia discutido, tinha uma discussão com a CNA, o Ministério da Agricultura.

Gilson, você participou disso.

Eu queria saber em que nível está isso, se avançou muito. De repente a gente parou... Eu, pelo menos, não tenho mais notícia disso. E é fundamental para o agricultor que ele tenha uma política de médio e longo prazo. “Olha o que vai acontecer nos próximos dez anos...” Isso é fundamental. Não estou dizendo que não tenha que ter o Plano Safra, mas o Plano Safra não pode substituir uma política... Não pode ser assim. Essas coisas nós vamos ter... E eu acho... Daqui a pouco anuncia um Plano Safra, o pessoal vem para cá, nós debatemos essas coisas...



Então, nas Comissões de Agricultura, tanto na Câmara como no Senado, eu não sei se seria intromissão do Poder Legislativo, Presidente, mas eu acho que a gente teria contribuições a dar nessas questões. Por isso que eu insisto que a gente tem que ter uma política mais duradoura, alguma coisa que sinalize para os próximos dez anos, eu diria. Só isso.

Eu vejo esforço nessa questão do seguro rural. Eu sou um daqueles que diz: ninguém aguenta mais discutir renegociação de dívidas. Gilson foi um grande parceiro nisso. As pessoas falam isso. O próprio Ministro Mantega, eu quero reconhecer aqui. O pessoal fala... Com o setor, o Ministro sempre recebeu, ouviu, o que ele pode fazer, ele fez. Eu tenho as melhores impressões do Ministro Mantega em relação ao setor produtivo. É claro que precisa... O pessoal critica, mas ele sempre foi muito receptivo, e o Gilson sempre foi uma pessoa que ouviu, conversou. Claro que a gente sempre precisa de mais, e o cobertor é curto.

Mas essa questão do seguro, temos que mudar exatamente essa questão. Temos que parar de falar de renegociação. O que entra no lugar da renegociação? É cobertura. É um seguro, realmente. Porque na hora que tiver qualquer frustração de safra, nós vamos ter um seguro que vai cobrir aquilo. Isso é fundamental. Tem um crédito. Agora, os seguros que temos aí são seguros para os bancos. É o dinheiro dos bancos que tem seguro, o produtor não tem.

Agora, eu acho que está sendo um esforço. Discutimos isso, avançamos. Eu fico feliz por você estar lá agora, você conhece muito essa questão de crédito, de banco. Enfim, acho que isso é um avanço.

Mas queria ouvir – você falou, não sei se é possível dizer: este ano, o que vamos ter realmente de recurso, com que o produtor vai poder contar? Porque nossa questão é subsídio mesmo. Não adianta achar que um produtor rural, sobretudo o médio produtor, vai ter recurso para pagar o prêmio do seguro. É esse que emperra. Na hora que você coloca para o produtor “o custo do seu seguro é tanto”, ele deixa de fazer, Presidente. Então, essas coisas, eu gostaria de ouvir um pouco mais aqui de vocês, se for possível.

E digo ao Gilson: fiquei muito entusiasmado com as simplificações. Isso é fundamental, aquela questão de você colocar um valor, um teto, em que o produtor vai dizer: “eu quero para soja, para milho”. Isso é fundamental. Acho que isso é muito bom. Quer dizer, cada produtor vai ter um limite e ele vai dizer onde ele vai querer. Isso é fundamental. O que acontece na prática? O produtor pega um crédito – você sabe disso – aí a mulher tem outro CPF, faz uma outra, e começa aquela coisa. Acho que desse jeito vamos realmente fazer algo que tem muito mais a ver com a nossa realidade. Tenho certeza que isso vai... Claro que o limite poderia ser maior, mas aí vamos esbarrar numa coisa que é a limitação do dinheiro disponível, do recurso disponível para fazer isso.

Tenho uma dúvida que quero externar aqui para você. Você falou em aprovar isso através do Banco Central, por resolução, o Manual do Crédito,



mas, do jeito que está aí, tenho minhas dúvidas se isso não vai ter que passar pelo Congresso Nacional. É uma dúvida que eu acho que... E se pudesse e passasse, Gilson, vou dizer: poderia até demorar, mas acho que aqui, num combinado aqui, poderíamos dar grande contribuição nisso e teríamos uma coisa que teria a chancela, realmente, do Congresso Nacional, porque isso daí, Presidente, o Manual do Crédito – o Gilson sabe disso – é a vida do produtor nessa área de crédito, de financiamento. É fundamental.

Se não precisar, se não tiver essa limitação, vai ser o Banco Central, mas aí eu queria assegurar uma discussão, Presidente, talvez com um grupo mesmo. Aí não adianta também fazer numa multidão porque essas coisas são bastante técnicas. Mas nós gostaríamos, eu, pelo menos, gostaria de discutir mais pontualmente essas questões aí, porque acho que tem alguns pontos que vocês já abordaram, estão colocando da forma mais prática possível – e eu realmente parabeno porque essa experiência que se acumulou aí está beneficiando... Quer dizer, você, mais do que ninguém, conhece o que emperra, na prática, essas questões todas.

Sr. Presidente, vou parar por aqui para não me estender muito. Ficam essas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka. V. Ex^a coloca com muita propriedade esse assunto. Já de outras vezes falamos sobre o seguro da produção, no sentido até de que fosse embutido no financiamento para que fosse diluído no preço, para que não haja um lucro com a venda do seguro, mas, sim, o apoio ao nosso produtor rural.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Caro Presidente Acir e senhores convidados, senti as colocações da Senadora Ana Amélia, como autora dessa audiência pública, e quero subscrevê-las. Inclusive, em relação ao arroz, que ela aqui mencionou, e o preço mínimo, temos participado também com ela. O Rio Grande do Sul vive um drama e, por extensão, também Santa Catarina. Há um preço mínimo do arroz, mas o que se alega – e aí levanto as questões, o José Carlos falou em preço mínimo, e acho que a Fazenda também tem participado nisso, e o Gilson é que a representa – é que o preço mínimo do arroz parece que não está sendo cumprido, tanto é que nós, naquela audiência pública com o ex-Ministro Palocci... E a ideia da Fazenda – agora estão tratando até com o Ministro Mantega, inclusive, e aí acho que entra na área do Gilson – é de haver pelo menos uma parte para que os produtores não fiquem com esse prejuízo. Parece que o preço mínimo está em torno de 24 ou 25 para o arroz e, no mercado, está em torno de 18 ou 19. O custo, dizem que já é um pouco mais do que isso. Mas estão no prejuízo. Parece que o preço mínimo não está sendo cumprido. Se é possível essa



diferença que está no mercado... Quer dizer, na prática, parece que se sente muito isso.

E arroz é uma coisa que... O arroz com feijão, no Brasil, é um cardápio... Se não dá para dar essa segurança, fica difícil. E, em Santa Catarina, a maioria absoluta é de pequenos produtores de arroz. Não é extensivo, são pequenos produtores de arroz. É intensa essa questão, é bom vermos isso com muito afinco.

Outra parte ali, e o Moka coloca com muita preocupação, é essa situação do seguro. O seguro é uma garantia.

Em relação ao Muller, também fiquei entusiasmado. Senti que a coisa de consorciar, a agricultura familiar... Se isso funcionar, Muller, na prática, vamos tirar o chapéu, porque isso vai ser... O que vai ajudar? Eu escutava no caminho, não peguei toda a parte de manhã, estava no começo fora, mas ouvi no rádio, até falei, quando o Senador Osmar Dias estava... Parece que 47% dos 16 ou 17 milhões de brasileiros na pobreza ficam no meio rural. Esse projeto, Muller, da agricultura familiar vai ajudar muito a diminuir a pobreza. Vai ajudar muito isso. Isso é fundamental se funcionar, ainda mais com os seguros que existem, os vários tipos de seguro da agricultura familiar.

Hoje, por exemplo, nós temos o biodiesel no Brasil. E 80% do biodiesel é feito da *commodity* de soja, praticamente, que é extensiva. E aí, hoje, temos o biodiesel B5, em que 5% é misturado no diesel, e a ideia é subir do B5 para o B10, o B12, o B15, porque isso ajuda muito na despoluição, principalmente das grandes cidades. Usar o biodiesel é fundamental. E aí eu acho que está no seu campo motivar na agricultura familiar a produção da matéria prima para o biodiesel. Acho que diversifica a agricultura familiar, diversifica, mas vê os produtos que entram ali também para ajudar na matéria-prima para a produção do biodiesel, pinhão-mansão, o girassol, canola, enfim, todos esses. Eu acho que tem de fomentar isso e fazer com que, com assistência técnica, possamos aumentar a matéria-prima no fabrico do diesel com esses produtos. Isso segura a pessoa na agricultura familiar e ajuda a fazer com que possamos aumentar, melhorar do B5 para o B10. Hoje, a indústria nacional já tem condições de agregar mais ao diesel o biodiesel. Acho que isso é fundamental.

Nesse consórcio todo, com insistência, essa sua área vai responder muito para diminuirmos a pobreza no meio rural e fazer com que a pessoa fique lá, se sintam bem, respire, tenha um bom ganho. O que temos de mudar? Fazer com que as pessoas que foram para os centros urbanos, os aglomerados, com aquela coisa toda, com o problema de infraestrutura nos grandes centros, sintam certa inveja, no bom sentido, daquele que vive no meio rural. Se isso acontecer, você está salvo. Aliás, isso é bom para o Brasil, sem dúvida alguma. Vamos ajudar a diminuir a pobreza no meio rural e fazer com



que as pessoas que queiram sair do meio e ir para os centros urbanos se sintam bem ali e com que a pessoa que foi queira até voltar. Seria fantástico isso.

São os comentários que eu queria deixar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Com a palavra agora o Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Sr. Presidente, cumprimento-o por esta reunião – V. Ex^a tem realmente dado uma importância grande à área agrícola com as reuniões que aqui têm feito – e cumprimento os Senadores.

Sou produtor rural de pouco tempo – cinco anos, não mais que isso.

Não sei se eu posso fazer questionamentos. Poderia?

(Interferências fora do microfone.)

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Então, eu faria um questionamento ao Dr. Gilson e ao Dr. José Carlos, mais para orientação e para sabermos como dar sequência a essas demandas que chegam a nós.

Sou produtor de café do sul de Minas. É uma área de grande produção. O Brasil produz metade do que se consome no mundo, mais ou menos por aí, e Minas produz metade do que o Brasil produz. Em termos diretos, seria mais ou menos isso. O sul de Minas produz um café de alta qualidade.

Dr. Gilson, o que temos ouvido de uma parte dos fazendeiros, principalmente aqueles da área de Três Pontas, Boa Esperança, Varginha, é que há um passivo muito elevado com relação ao café, com relação ao Funcafé, com relação a alguns financiamentos privados. Alguns fazendeiros tiveram de fazer financiamento de refinanciamento. Para uma parte desse segmento, o aumento do preço, que realmente está excepcional perto do que existiu nos últimos dez anos, não tem sido suficiente para resolver as questões desse grupo que se endividou por algum motivo. No café, por ser uma cultura tradicional, que vem de pai para filhos, sabemos que nem todos têm a mesma forma de atuar com suas fazendas. Sabemos que uma parte, mais ligada a Guaxupé, àquela região ali, é totalmente contra qualquer tipo de refinanciamento, pois são muito ligados aos exportadores e os exportadores têm outra visão do produtor de café. Eu acho que é uma situação que precisa ser avaliada. Sempre que eles veem as lideranças do café, naquela parte de Varginha, de Boa Esperança e de Três Pontas, eles vêm sempre colocando uma posição contrária da área econômica do Governo com relação ao refinanciamento dessas dívidas, principalmente incluindo as dívidas privadas, dos bancos privados também, mostrando sempre uma dificuldade. É claro que o refinanciamento também teria de ser coisa de quinze anos. Em cinco anos, como se tem feito, ou com alguns tipos de liberação que têm sido feitos, não tem sido suficiente para esse grupo. Sabemos



que tem ocorrido, constantemente, perda de fazendas, porque o pessoal está chegando a um ponto em que não consegue pagar essas dívidas. Precisa-se realmente discutir uma situação mais excepcional.

Então, para o Dr. Gilson, eu colocaria isso como um questionamento. Depois, se possível, poderíamos dar sequência em outras reuniões com essas lideranças. Fizemos uma tentativa em janeiro, fevereiro, num contato, mas tivemos um pouco de dificuldade. Talvez fosse porque eu estava iniciando no Senado. Então, precisamos ver como dar sequência, se não forem suficientes as respostas.

Com o Dr. José Carlos, na questão com o Ministério da Agricultura, eu diria o seguinte: a Alemanha – pelo menos é o que eles me falam, pois eu sou muito recente na produção de café – não produz um pé de café e é o maior exportador de café pronto do mundo. Não é verdade? Parece que é essa a colocação. Os Estados Unidos investiram fortemente na Colômbia, para a substituição da coca pelo café na Colômbia. Hoje, toma-se café do Brasil no mundo inteiro e se fala que é colombiano. Então, o que o Ministério da Agricultura pode fazer nesse sentido? Como se agrega valor ao café? Como é que o Ministério pode ter uma política nesse sentido? Eu tenho impressão de que é uma questão que precisamos retomar. Como um país que produz metade do café que se consome no mundo e não exporta nem 5% do café pronto? Nós exportamos o café verde. Assim, estamos perdendo valor. É uma grande *commodity* para o Brasil, principalmente para Minas Gerais, com uma exportação bastante elevada, que ajuda muito a balança comercial, mas que pode ser muito mais potencializada se agregarmos valor a esse café. Então, eu perguntaria ao Ministério da Agricultura o que se pensa a respeito do café.

Chega-se a falar até na recriação do IBC. Já têm grupos de fazendeiros trabalhando nessa ideia. Sabemos dos erros que o IBC cometeu no passado, mas tanto quanto a Sudam e a Sudene, que foram recriadas, porque se chegaram à conclusão de que eram necessárias. Talvez fosse um caminho criar o IBC ou uma empresa brasileira do café, para levar a marca café do Brasil ao exterior, para fazer um marketing e começar realmente a agregar valor. Se nós exportamos um X valor, se agregarmos, vamos exportar três vezes mais em termos de balança comercial. Principalmente neste momento em que o Brasil precisa, é uma *commodity* que pode ser bastante valorizada.

Então, seriam esses dois questionamentos. Ao mesmo tempo, faço um apelo para que pudéssemos dar sequência – eu estou muito recente no Senado ainda – com as lideranças do sul de Minas, principalmente, que é o meu Estado e eu tenho obrigações com eles, para procurarmos solução nesse sentido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Clésio Andrade.



Antes de passar a palavra para os nossos convidados, Senadores e Senadoras, recebi uma ligação para que possamos ou não confirmar uma audiência pública em conjunto para receber a Ministra Izabella, para a próxima terça-feira, às oito e meia da manhã. Eu consulto os meus pares...

(Interferências fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Terça-feira próxima, às oito e meia da manhã. Essa reunião estava previamente agendada para a próxima quinta-feira, mas, na quinta-feira, teremos um debate sobre um tema com cinco comissões que já está marcado e a Comissão de Meio Ambiente será uma dessas cinco comissões. Portanto, não será possível fazermos essa reunião na quinta-feira e me pediram para que a antecipássemos para terça-feira. Portanto, consulto V. Ex^{as} para saber se eu posso confirmar ou não. Tenho um prazo até meio-dia para confirmar com a Ministra, porque, senão, ela fará outra agenda. Na quarta-feira, entende-se que vamos competir com CCJ. Então, sobraria a terça-feira livre, às oito e meia. Consulto V. Ex^{as}.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Essa audiência será só da Agricultura ou será em sintonia com a...?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, conjunta com a de Meio Ambiente. Serão a Comissão de Meio Ambiente e a nossa Comissão de Agricultura.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu acho que...
Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Por favor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não teria dificuldades, mas acho que é uma condição a presença do relator da Comissão de Agricultura...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Já está confirmada a presença.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Senador Luiz Henrique. Se ele teria condição de participar, porque acho fundamental que ele participe dessa discussão com a Ministra do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Aliás, já foi transferida de hoje para a próxima semana exatamente a pedido do nosso Relator Luiz Henrique. Foi atendendo a um pedido dele que foi feita essa transferência, porque ele não poderia estar, por ter um compromisso em Joinville, ao qual não poderia faltar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da minha parte, OK.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, foi marcado, junto com ele, previamente, terça, quarta ou quinta. Inicialmente, deixamos certo, no Ministério, ontem, para quinta-feira, mas, quando chegamos aqui, soubemos dessa reunião de cinco comissões para debater a questão do



cooperativismo...Não me recordo qual é o tema. Não é cooperativismo, senão, estaríamos juntos também. Não é esse tema, mas é um tema importante.

Consulto a Senadora Ana Amélia se pode ser...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Clésio, pode ser na terça-feira, então?

Na terça-feira, então, faremos a reunião às oito e meia da manhã, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, apenas, já que se mencionou a questão do Código Florestal...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...e não foi tocado aqui, pergunto ao Dr. Gilson e, especialmente, ao Dr. José Carlos Vaz se, nesse novo manual – no dia 11 vence o prazo, e é claro que o Governo vai ter que prorrogá-lo, porque o Senado não apreciou ainda a matéria –, as instituições financeiras vão continuar obedecendo aos critérios na concessão do crédito e às exigências que vêm sendo feitas até agora. Pergunto se vai haver alguma modificação, alguma alteração.

E há outra coisinha apenas, porque o nosso Senador Casildo Maldaner... Em todos os relatos, a gente vê que o Banco do Brasil tem a concentração, até por vocação histórica do crédito rural.

Apresentei um projeto de lei – a inspiração foi de uma Senadora do Mato Grosso, Senadora Serys Slhessarenko –, permitindo que as cooperativas de crédito, que hoje são muito bem fiscalizadas pelo Banco Central, tivessem acesso a recursos do FAT para repassar à produção rural. O projeto foi relatado e aprovado pelo Senador Casildo, na Comissão de Assuntos Econômicos, incluindo, por iniciativa da Senadora Marisa Serrano, os bancos regionais e bancos oficiais de crédito para terem acesso também a esse recurso. Mas houve um pedido de vistas na CAE sob o argumento de que cooperativa de crédito é ente privado e não teria acesso.

Então, eu queria ouvir uma palavra dos especialistas sobre isso para saber como veem especialmente o Banco do Brasil, porque não vai concorrer com o Banco do Brasil uma cooperativa de crédito hoje bem fiscalizada pelo Banco Central.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora.

Eu quero aqui reforçar, antes de lhe passar a palavra, Gilson, essa questão do seguro da produção – nós já conversamos sobre esse assunto, que



foi abordado aqui pelo nosso Senador Moka – e reforçar também a colocação da Senadora Ana Amélia com relação ao preço mínimo dos produtores. Esse é um tema importantíssimo não só para a questão do trigo, do arroz, mas para todos os produtos, inclusive do leite, que é um assunto que nós debatemos muito. Eu acredito que não haja preço mínimo do leite ainda. Há? Então, quero só reforçar a colocação da Senadora Ana Amélia.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MULLER – Para a agricultura familiar e para a pecuária, isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Também quero dizer aqui que o biodiesel nasceu para fortalecer a agricultura familiar, Laudemir, só que isso não funcionou. A agricultura familiar... A questão da produção de..

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Do biodiesel.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A produção da matéria-prima para o biodiesel, através da agricultura familiar, não funciona, não funcionou ainda nem teve o avanço esperado pelo Governo. Eu não vejo isso em nenhum canto do País por onde tenho andado. Realmente, é uma dificuldade talvez da matéria-prima ou – batemos sempre nesta tecla – da falta de assistência técnica ao nosso produtor rural. Não adianta colocar o agricultor no campo e dar até crédito a ele, se não houver assistência técnica. Tem que haver uma vinculação. Trata-se de um programa de produção agrícola. É evidente que o que nós falamos aqui sobre a produção agrícola ou sobre o programa de produção agrícola, a longo prazo, é muito importante.

Vamos fazer coro com V. Exª, Senador Moka, porque já falamos sobre esse assunto aqui – o José Carlos já esteve conosco em outra audiência e o Gilson também –, mas entendemos que é imprescindível o Brasil ter um planejamento a médio e longo prazo com relação à agricultura brasileira. Aliás, eu diria que essa é uma meta nossa a ser conquistada nesta Comissão. Entendo que essa é uma das contribuições que nós podemos dar ao Governo brasileiro, não apenas exigindo que haja uma política agrícola a longo prazo, mas participando dela naquilo que competir ao Senado e contribuindo com o que realmente pudermos, para que haja uma política agrícola a longo prazo. Nós temos realmente que debater este assunto: política agrícola, política ambiental. Quer dizer, tem que haver um envolvimento para que isso realmente aconteça.

Concedo a palavra ao Dr. Gilson para fazer as suas considerações.

Muito obrigado, Dr. Gilson.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. GILSON BITTENCOURT – ... realmente, cada uma das questões, até para dar tempo de todo mundo participar.



Primeiro, Senador Moka, a questão sobre Conselho Monetário ou Senado. Na prática, um dos motivos, inclusive, da tentativa de revisão é diminuir o número de votos. Por quê? Porque a gente quer as normas sejam mais permanentes e que não seja preciso esperar um conselho se reunir para aprovar uma medida que, muitas vezes, tem urgência.

A base para tudo que a gente está fazendo é o arcabouço legal. A gente está usando a lei – somos obrigados a fazer isso, temos que fazer isso. Então, a gente está usando um conjunto de leis que rege o crédito rural e, com base nisso, a gente faz o MCR. Trazer isso para uma legislação, na prática, engessaria ainda mais o processo, e a gente teria ainda mais dificuldade, porque muitas das normas do MCR tratam de quanto vai haver de recurso equalizado, de quais vão ser as atividades financiadas, dos limites de crédito que são muito variáveis de um período para outro, da distribuição de recursos por fonte, o que varia muito de ano para ano. Então, é necessária uma agilidade, muitas vezes, de um mês para outro, e o Conselho Monetário acaba conseguindo fazer isso. Mesmo assim, a gente quer reduzir, exatamente para deixar essas questões mais permanentes.

Podemos voltar a sentar e a discutir as propostas que estão sendo efetuadas junto com o Senado – não vejo problema algum nisso – e podemos aprofundar o assunto. Inclusive a nossa tese é de talvez aprovar no CMN, dando um prazo longo de início de vigência, o que tornaria pública efetivamente a norma, e a gente poderia até, nesse meio tempo, se fosse necessário, fazer alguma adaptação. Tudo que a gente está fazendo é baseado no processo da lei. Então, estamos à disposição em relação a isso.

Segundo, concordo plenamente com o senhor, e, de certa forma, nós já estamos caminhando para o fim do Plano Safra Anual. No passado, cada Plano Safra era quase que reinventar a roda. Se a gente analisar os últimos cinco anos ou, mais recentemente, talvez os últimos três anos, as nossas mudanças são muito mais pontuais, e, cada vez mais, o Plano Safra deixa de ser uma alteração geral. Concordo com o fato de que precisamos de um plano de safra, não sei se para dez anos – acho muito –, mas talvez para cinco, realizando, a cada ano, pequenos ajustes. Mas, no passado, sempre havia muita briga mais pela taxa de juros, etc. Essas coisas foram se consolidando, e, hoje, o Plano Safra... Na prática, são detalhes. As coisas estão se tornando mais permanentes, e o ideal – acho que a gente já está trabalhando para isso, concordando plenamente com o senhor – é que a gente estabeleça: “Nos próximos cinco anos, nós vamos ter esse plano; os recursos vão aumentar 10% ao ano – estou chutando; vamos trabalhar com isso; o Governo, a cada ano, que se vire para tentar misturar as fontes e garantir isso; os preços vão ser esses e poderão sofrer uma alteração – como ocorre nos Estados Unidos – para mais dez ou menos dez a cada ano, dependendo da conjuntura, mas vão ser esses para os próximos cinco anos”. Temos que caminhar para isso, e acho que



estamos, pela prática, chegando lá, mas vamos ter que chegar, porque não dá efetivamente para fazermos isso a cada ano. Então, concordo com o senhor.

Efetivamente, as cooperativas de crédito, hoje, já disputam com o Banco do Brasil, o que é ótimo. Hoje, o Plano Safra, que a gente está discutindo – eu estava ontem discutindo com o Tesouro...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas aplicam o dinheiro que é uma reserva da poupança.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILSON BITTENCOURT – É isso que vou comentar.

Hoje, Senadora, efetivamente, dos cento e tantos bilhões do total do Plano Safra, nós não vamos ter mais do que R\$300 milhões de recursos do FAT. O FAT, até cinco anos atrás, era praticamente o principal responsável pelos recursos da agricultura familiar e por uma parte importante de investimento da agricultura empresarial.

Pela própria dinâmica da nossa economia, hoje, para obter a maior parte dos recursos do FAT que vão para o BNDES, as cooperativas já acessam diretamente o Banco. O Banco do Brasil, que era o principal aplicador, já não é mais; não tem mais. Dos R\$120 bilhões mais ou menos, R\$300 milhões são para o FAT. As cooperativas cresceram. Hoje, o Plano Safra deve ficar, só na agricultura familiar, em torno de R\$1 bilhão: R\$917 milhões vão ser só de recursos das cooperativas de crédito por intermédio dos dois bancos cooperativos, sem contar as cooperativas que trabalham com repasse de recursos do Banco do Brasil.

Eu acredito que, hoje, na agricultura familiar, algo em torno de quase 20% do crédito já é operado pela agricultura familiar. Na agricultura empresarial, eu diria que é algo em torno de 5% a 10% e crescendo – e nós queremos que cresça ainda mais.

No nosso entender, hoje, não é o FAT. Essa é uma briga que talvez não nos traga nenhum resultado de imediato. O mais importante está sendo equalizar os recursos da poupança, que hoje estão disponíveis para eles. E a gente equaliza para dar rentabilidade para a poupança desses bancos cooperativos, ao mesmo tempo em que viabiliza o *spread* para os bancos. Então, a gente quer que cresça, sim, a participação das cooperativas.

Em relação à parte orçamentária, se se mudar a lei resolve, mas há uma lei que diz que, quando o recurso é orçamentário, só pode ser operado por...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Por instituição oficial.

O SR. GILSON BITTENCOURT – ...diretamente por instituição. Ele pega via BNDES, mas, aí, você tem uma...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas aí fica mais caro. Fica mais caro no repasse e, aí, tem de pagar uma taxa maior.



O SR. GILSON BITTENCOURT – Mas hoje, como boa parte desses recursos são do próprio BNDES, estamos criando, este ano, uma alternativa. Talvez, no futuro, a gente possa trabalhar isso também. No caso de custeio, a gente já equaliza direto. Este ano, além do recurso do BNDES para investimento, nós estamos equalizando uma parte diretamente para o Banco do Brasil, com recurso da poupança. Ainda é banco público federal, mas já é uma tentativa de ir diminuindo esses intermediários.

Em relação ao endividamento, acho que o Laudemir pode colocar mais, mas aqui é importante citar que, na agricultura familiar, principalmente nos Estados do Sul, a gente vai pegar o Rio Grande do Sul onde temos, no histórico da agricultura familiar, cerca de 30 mil contratos inadimplentes em um total em torno de 7 milhões de contratos realizados nesses últimos 10 anos no Pronaf. Em Santa Catarina, são menos de 20 mil num total de quase 3 milhões de contratos. Então, o que efetivamente a gente tem é todo um esquema de garantia de preço vinculado ao financiamento.

No caso do arroz – adiantando o que vou comentar à frente –, nós temos 12 mil produtores familiares de arroz entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, todos que financiaram via Pronaf. A todos, na hora de pagar, calcula-se o preço de mercado *versus* o preço mínimo, e essa diferença que há de preço recebem como desconto no financiamento. Então, isso serve tanto para custeio quanto para investimento.

O que temos na agricultura familiar – e isto é uma realidade que precisa ser percebida pelos produtores – é que, por muitos e muitos anos, os agricultores familiares não tinham crédito para investimento. Nesses últimos anos, isso cresceu, principalmente com mais alimentos. Então, há a sensação de que há um endividamento, que é fruto do investimento. Então, se eu tenho um produtor que tinha zero de crédito e não estava acostumado a ter um crédito para pagar em 10 anos, mas estava acostumado a pegar o crédito e comer, no sentido do custeio. Então, quando se fala em R\$30 bilhões é porque foi o recurso que nos últimos dez anos se investiu e se colocou em investimento para esses produtores.

Então, eles estão endividados? Estão, mas estão com um trator novo, estão com uma...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aumentaram a produtividade.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Aumentaram a produtividade, principalmente em leite. Então, isso precisa...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ser entendido dessa maneira, no conjunto.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Ser entendido um pouco melhor.

Está se fazendo agricultura familiar, pode-se colocar, mas um conjunto de medidas – inclusive, o seguro, hoje, que antigamente era só para



custeio, está atendendo investimento, já pensando exatamente nisso que a senhora colocou. A garantia de preço, que antes era só para custeio, também foi vinculada a investimento e, este ano, ainda vai aumentar o limite de desconto.

Então, estamos de olho nesse processo, mas só que tem de ser tratado com um certo cuidado, porque a sensação de endividamento é forte e é presente, porque você não estava.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não estavam preparados para o financiamento.

O SR. GILSON BITTENCOURT – É a mesma coisa de uma pessoa que nunca financiou uma casa financiar uma casa e começar a dizer: “Poxa, estou devendo R\$100 mil da casa que financei.” E tem de pagar R\$1.000,00 por mês de prestação, mas antes pagava R\$1.000,00 de aluguel. Só que não tinha uma dívida de 20 anos.

Então, essa sensação precisa ser trabalhada.

Rapidamente. Uma coisa importante colocada aqui e o Laudemir talvez possa destacar um pouco mais, é que, quando a gente fala de 5 milhões de agricultores familiares, temos mais ou menos 1,5 milhão de agricultores que são extremamente pobres e cujo foco não necessariamente é crédito. Tanto que o Programa Brasil sem Miséria, lançado pela Presidenta Dilma junto com o Ministério do Desenvolvimento Social na semana passada, vai focar em recurso a fundo perdido.

E qual a conclusão a que estamos chegando? A Fazenda participou desse debate conjuntamente: não adianta para um produtor muito pobre, que nunca participou de um financiamento, começar com um financiamento porque, em qualquer dificuldade, ele ficará inadimplente, vai para o Cadin e, na prática, cria-se um problema maior do que a solução. O que está sendo feito? Está-se criando um programa com assistência técnica e com recurso a fundo perdido, uma espécie de contratualização. Vai-se dar um recurso – estamos falando de miséria extrema, não estamos falando de agricultores pobres, mas de extrema miséria – por seis meses, com assistência técnica, e ele terá o compromisso de cumprir um conjunto de ações que pode ser melhorar a produtividade do feijão para comer. Cumpriu? Seis meses depois, recebe outro, quatro vezes, durante dois anos. A tese é você fazer um giro e prepará-lo para o crédito. Deu certo? Ótimo, entra nas linhas mais simples do Pronaf. Não deu? Vamos ver o que a gente precisa continuar fazendo. Dentro dessa população rural, tem um conjunto de pessoas que não é crédito, porque tem meio hectare no semiárido, sem acesso a água. Então, esse debate de entrar efetivamente na demanda de cada um é o que o Governo Federal, via MDA e MDS, está fazendo nesse processo do Brasil sem Miséria.

Rapidamente, café, Senador. A demanda da região sul de Minas é importante. Hoje, o fato de o preço estar bom está ajudando em parte. Muita gente está conseguindo antecipar. Nós lançamos, depois da conversa... Eu não



me lembro de não ter recebido os senhores. Estamos à disposição, na hora que o senhor marcar, não há problema quanto a isso, Senador. Queira me desculpar se acaso nós não o atendemos, não estou sabendo dessa questão. Mas fizemos, há cerca de dois, três meses, negociando com o setor e com a região, uma linha de crédito, por cinco anos, para tentar pegar todas as dívidas privadas desses produtores de café que foram efetuadas para a produção de café, exatamente para tentar dar uma condição de respiro para esses produtores, mesmo que o preço hoje seja o melhor da história. Exatamente para tentar pegar isso. Uma parte vai ser importante? Vai. Mas nós temos que discutir de forma mais profunda, para o sul de Minas, porque, hoje, o preço do café está sendo rentável, mas não temos certeza no futuro. E aquela é uma região que tem um custo de produção mais alto e tem a ver com a discussão do Código Florestas, porque tem a ver com a questão da agricultura de montanha, e acho que esse é um dos pontos em que temos que avançar.

Por fim, duas questões para concluir, rapidamente. Uma é que iniciamos uma discussão com a CNA e com o Ministério da Agricultura, em que queremos avançar, que é a discussão sobre a revisão dos instrumentos de garantia de preço. Eu acho que esse é o debate central que temos que fazer, e vem avançando, Senador, que é tentar buscar novos meios.

Hoje, no Rio Grande do Sul, no caso do arroz, temos um exemplo típico. Talvez tenha sido uma das primeiras vezes na história em que foram adotados 100% dos instrumentos conhecidos de política de garantia de preço e o processo não deu certo. Nós estamos com uma produção de arroz de 13,8 milhões de toneladas. Temos um consumo de 12,8 toneladas, este ano, fruto do aumento da produtividade, uma importação de cerca de um milhão de toneladas e exportamos novecentas. Ou seja, na prática, estamos com uma sobra de um milhão de toneladas. Temos um estoque de um milhão, que está na mão do Governo. A princípio, se entrássemos tirando um milhão de toneladas do mercado, resolveríamos. O Governo já aprovou R\$200 milhões para fazer escoamento da produção – dois milhões de toneladas –; já aprovou e está em execução, com uma certa dificuldade, por uma questão de armazéns, R\$211 milhões para compra – mais 360 mil toneladas –; aprovou R\$300 milhões para Contrato de Opção, para a compra futura pelo Governo, de mais 500 mil toneladas, já foi lançado o leilão e já vendeu cerca de 200 mil; o Governo está fechando agora uma portaria para Contrato de Opção Privada, mais R\$60 milhões para ajudar mais 500 mil toneladas; via Pgpaf, garantimos, com R\$36 milhões, algo em torno de 274 mil toneladas. Ou seja, já foram, previstos, não todos gastos, mas estão na mão do Ministério da Agricultura R\$800 milhões para escoar 3,6 milhões de toneladas. E o preço do arroz continua baixo. Ou seja, todos os instrumentos – PEP, AGF, Contrato de Opção, Pgpaf, Contrato de Opção Privada – foram efetuados ou estão em processo, e o preço não sobe. Prorrogou-se o vencimento de EGF, custeio... Ou seja, fizemos as medidas e



não estamos conseguindo. É efetivamente um problema. O Governo não pode ser acusado de não ter feito, mas também estamos em uma discussão... Estamos no meio de um impasse.

O preço continua baixo. Se pegarmos todos os documentos do setor trazidos para nós de fevereiro para cá, praticamente já atendemos 100% das demandas. Não 99%, mas 100% das demandas, para tentar garantir. E não estamos conseguindo. Efetivamente, isso está jogando para a necessidade de uma revisão. Estamos tentando garantir, estamos usando todos os instrumentos, e não estamos conseguindo. Vamos ter que discutir para o arroz não só a situação deste ano como uma alternativa. O problema da demanda colocada, que é a subvenção, pode até resolver parcialmente o problema agora, mas no ano que vem o problema tende a se agravar ainda mais, porque o produto não será escoado, estará na região, vamos colher mais, o produto continuará ali, e o preço cairá ainda mais.

Então, a questão do arroz coloca em xeque, hoje, de certa forma, a política adotada pelo Governo, eu diria, nos últimos 30 anos, em termos de garantia de preço. O Governo está discutindo. Hoje mesmo temos uma conversa no ministério, junto com a Agricultura. Estamos tentando buscar novas alternativas, mas é uma das questões que nos demonstra essa dificuldade e necessidade de rever, de buscar novos instrumentos que efetivamente garantam o preço.

Nós já emitimos ações para garantir mais de 30% da produção de arroz e o preço não sobe. É uma situação complexa.

Obrigado. Desculpe-me o tempo, novamente.

Agradeço aos presentes.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Presidente, eu gostaria de colocar uma questão aqui.

Eu ouvi atentamente a Ministra Tereza com relação ao lançamento do programa Brasil Sem Miséria. Eu acho um programa excelente, excepcional. E ela coloca que a principal ferramenta que vai ser usada para ajudar o nosso agricultor que está nessa condição será os técnicos da Embrapa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – É, ela colocou técnicos da Embrapa para poder dar assistência técnica. E aí eu os conheço. A tecnologia da Embrapa é ótima. Muito bem, então, ela deve ter colocado uma palavra lá... Porque eu não quis perguntá-la aquele dia, até porque talvez um assunto para ela responder. Mas, aqui, sim. Aqui é o lugar.

Então, nós teremos técnicos suficientes para atender a essa demanda, para dar o apoio técnico aos nossos produtores? Porque realmente, sem assistência técnica... O programa é perfeito. Eu diria que, se não for perfeito, está muito próximo. Mas é um programa realmente muito importante para o Brasil.



Agora, a minha dúvida é a questão técnica. Dinheiro nem sempre vai resolver essa questão, se nós não tivermos técnicos. Nós temos técnicos suficientes para atender essa demanda tão grande, que é, na área rural, as pessoas terem capacidade para o plantio, para a colheita e também para a comercialização? Porque tudo isso faz parte do programa.

Muito obrigado.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MULLER – Não sei se eu vou responder a dele, ou se respondo todas as outras.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu acho que você deveria responder no geral.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MULLER – No geral. Está ótimo.

Bom, vamos lá, então.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Muller, eu só fiquei meditando aqui.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MULLER – Sim, Senador Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu só fiquei meditando aqui aquela resposta do Gilson – viu, Gilson? – como é que vão fazer. O Governo colocou todos os mecanismos, os instrumentos à disposição, e o arroz não sobe, e aí não se pode pagar o mínimo, não dá para chegar lá. Tem que fazer de tudo.

Pelo o que entendi, há um milhão de estoque de arroz, que é o que o Governo tem, mais ou menos isso, se fosse retirar um pouco mais, não sei. E para retirarmos, se você bancar o preço mínimo e o Governo segurar isso, a Conab – temos armazéns –, e monitorar a produção. Dizer: olha, nós temos para os próximos dois anos, ou três anos, um plano plurianual. Talvez um plano plurianual. O Governo tem os planos plurianuais. Desculpe-me, Muller, só porque o Moka até levantou aquela questão. O que acontece, às vezes, até com o negócio de arroz? Os caras que alugam as várzeas para plantar arroz, onde é permitido, que vai alocar, vai alugar, ele não aluga por um ano. O Plano Safra aí entra um pouco nisso. Ele aluga, mas, no mínimo, por cinco anos. Na prática, é isso. O costume, o consuetudinário, é nessa base. Porque ele vai ter que agregar valores à terra, dependendo do tipo de produção, o calcário, é isso, é aquilo, prepara o terreno. Então, só para uma safra, ele faz, no mínimo, um plano plurianual, que na base são cinco anos, geralmente, nesses negócios de parcerias.

E se fosse o Governo – não sei se tem condições de receber esse arroz que está aí – o preço está em baixa –, receber pelo preço mínimo? Aí não sei se é AGF, ou EGF, como é que se faz isso. Retirar isso, para o produtor ficar e orientar: olha aqui, ou produz um pouco menos da quota... Tem que orientar as cooperativas, os produtores. Porque o Brasil exporta 900 mil toneladas, ou um milhão de toneladas, pelo o que eu li, mas também importou na base de um



milhão. Então, dá elas por elas, mais ou menos. A produção nacional está sobrando um milhão, pelo o que eu senti.

Então, não é possível receber isso e dar sustentabilidade. E aí, com isso, o arroz... Daqui a pouco, o mercado aquece um pouco. Não sei por que... O pessoal diz que o arroz está tão barato. Está barato demais o arroz! Sei lá, um plano para consumir um pouco mais isso. Aliás, agora vem a tainha, tem a safra da tainha misturada com o arroz. Sei lá, sei lá! O feijão...

Apenas um comentário. Desculpe-me, mas fiquei um pouco assim... As pessoas ficam um pouco nessa... Eu senti o seu esforço. Estão fazendo de tudo, mas não dá para a gente cumprir o... Aí fica uma coisa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo, pelas suas colocações.

Dr. Laudemir André Muller.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MULLER – Bom, obrigado, Presidente.

Eu vou começar pelo tema da pobreza, o Brasil Sem Miséria.

A lógica central do problema é a estruturação produtiva. O que nós estamos fazendo? Qual é a nossa linha de chegada? A nossa linha de chegada é que a composição entre a transferência de renda e a renda, vindo da produção, da comercialização, renda produtiva, esse conjunto faça com que aquelas pessoas, aquelas famílias, no caso do rural – estou me referindo aqui ao caso do rural –, superem essa condição da pobreza extrema, que a gente está usando, como um dos indicadores, R\$70,00/*per capita*/mês.

Bom, para fazer isso, se a lógica é a estruturação produtiva, a composição da renda, temos que apostar na produção desses agricultores e dessas agricultoras. E estamos fazendo, inclusive, uma aposta central no tema das mulheres. Porque, no rural, a renda das mulheres é ainda muito menor do que a renda dos homens. Também tem a questão de gênero, mas, enfim, não vou detalhar em relação a isso.

Qual é a nossa lógica, então? Se aquela família tem que entrar numa rota de inclusão produtiva, nós temos que entrar com os instrumentos que viabilizem isso. Um deles: acompanhamento técnico. Nós estamos até usando a palavra acompanhamento para dizer que é acompanhar a família de fato, acompanhar aquele projeto – projeto em um sentido muito simplificado –, aquele plano de estruturação produtiva. Que é o quê? Que pode ser melhorar a horta; que pode ser melhorar o caprino; que pode ser melhorar o bovino. Enfim, o que for possível naquela estrutura, naquela região, naquele bioma, com aquela capacidade que aquela família tem, montar um plano de estruturação produtiva.

De que forma entra esse plano? Ou com crédito, ou com recurso a fundo perdido. Nós estamos trabalhando com R\$2,4 mil a fundo perdido, para famílias que não têm capacidade de pagamento e que, inclusive, não têm ainda uma cultura do crédito. Então, crédito e recurso a fundo perdido vão depender de cada caso; semente da Embrapa para a produção – então, semente de



graça, para estruturar a produção. Por que a gente acha que isso é importante? Porque é importante a família ter, além de acompanhamento técnico, semente de qualidade para começar a produção. Claro, estamos pensando, por exemplo, para o semi-árido, em concentrar semente de milho e feijão, que é o que as famílias já fazem.

Junto com esse plano de estruturação produtiva acompanhado pelo técnico, tem que vir a comercialização, porque, senão, não adianta produzir muito bem, se não tem a comercialização. Então, nós vamos fazer todo o nosso esforço com os instrumentos que nós já temos, que é o PAA, que terá uma ampliação – queremos chegar, como meta estratégica nos próximos anos, a R\$2 bilhões no PAA, e achamos que o PAA é um instrumento bastante interessante para esse público.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar pode ajudar muito nisso, porque é um recurso que já está lá nos Municípios para comprar desta agricultura – é claro que, para isso, os gestores municipais, os prefeitos, têm que estar mobilizados para isso – e também nós estamos – e por isso também a presença do presidente da Abras no próprio lançamento do Brasil Sem Miséria – articulando com a Associação Brasileira de Supermercados, para que eles também se engajem nesse processo e comprem junto da agricultura familiar. É claro que vamos trabalhar com o apoio da Conab.

Então, a estruturação produtiva tem um tripé: o acompanhamento técnico; a capacidade semente, insumos, crédito ou recursos a fundo perdido; e comercialização. Então, nossa lógica é: chegando isso junto, articulado, organizado naquelas famílias onde nós vamos trabalhar e que estão nessa condição, nós estamos entendendo que, com isso, conseguiremos gerar renda naquelas famílias. Então essa é que é a grande lógica.

Onde entra a Embrapa? A Embrapa vai entrar sempre pela questão da tecnologia via sementes. Já temos um programa grande de sementes com a Embrapa, vamos entrar agora na parte olerícola. Já temos sementes de milho e feijão, sempre adaptadas ao Nordeste. E dar suporte tecnológico a esses técnicos que vão ser contratados, via entidades, para dar o suporte, por exemplo, a uma família que tem um bioma específico. A nossa ideia, a nossa proposta é que possamos contratar técnicos experientes de nível superior, mas que possam coordenar equipes com técnicos de nível médio.

Então o que queremos é dar emprego para a juventude que está saindo da faculdade, da escola técnica. Temos cerca de seis mil que se formam todos os anos no Brasil. Muitos desses que se formam em veterinária, agronomia no nível técnico das escolas técnicas não têm emprego. Então, inclusive, esse vai ser um instrumento de geração de emprego. A Embrapa vai entrar com a tecnologia e disponibilizá-la, para que esses técnicos possam fazer a difusão dessa tecnologia, seja para o semiárido, seja para a Amazônia, seja para outras regiões.



Então essa é a lógica de como a Embrapa vai entrar, porque a Embrapa não tem essa característica de fazer a extensão. A Embrapa não está lá na propriedade. Então é assistência, até as entidades que serão contratadas para isso, e a Embrapa dará esse suporte.

Eu aproveito, Senador, para dizer da grata satisfação nossa de ver o foco do nosso ponto de vista correto, que é dado por vários Senadores ao tema da assistência técnica. Nós estamos muito convencidos disso.

Nós achamos que – não sei qual a palavra correta – já não é mais o momento de focarmos no crédito. Nós achamos que, com relação ao crédito, temos que fazer ajustes, estamos avançando e tal. Mas é um tema que já anda, vamos dizer assim. Nós temos que partir agora para a qualidade da nossa política. A qualidade da produção, o resultado da nossa política. E aí a assistência técnica é fundamental.

Temos problemas? Temos muitos problemas, muitos problemas. Para se ter uma ideia, Senador, em 2003, tinha no orçamento R\$4 milhões ou menos para a assistência técnica no Brasil inteiro no Sistema Nacional, e tinham dois funcionários lá no Ministério da Agricultura. Dali que nós partimos com a assistência técnica. Então, hoje, nós estamos operando com uma capacidade muito maior do que aquela. Esta Casa aprovou uma lei muito importante de assistência técnica. Isso significa para nós uma revolução na assistência técnica.

O que estamos fazendo? Hoje contratam-se entidades, sejam públicas ou privadas, sejam ONGs, cooperativas, sejam Emateres, para prestarem serviços. Não é para ir à casa do agricultor e bater bato. É também para isso, mas nos cobramos serviço, resultado. É isso que é a grande novidade da lei, para dar qualidade e cobrar resultado. Então é uma pequena revolução que estamos fazendo.

Avançamos muito, mas, claro, estamos muito aquém, muito aquém, do que precisamos. Então, do ponto de vista estratégico, a nossa agricultura familiar tem mais ou menos 4 milhões de estabelecimentos. Desses 4 milhões, 1 milhão, 1,5 milhão está na extrema pobreza. Existe agricultura familiar mais dinâmica. Então, a gente tem que modelar a nossa política, inclusive do ponto de vista estratégico. Para esse segmento que está na pobreza extrema, vamos fazer uma política focada e diferenciada, em que a grande estratégia é fazer esse povo produzir para si, para sua família e para o País.

O tema das dívidas. O Gilson colocou muito bem. É um trabalho, é um pensar que estamos fazendo no Governo, principalmente nós, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na relação, nós temos sido frequentemente procurados pelos movimentos sociais, especialmente os do Sul. Há uma preocupação ao olharmos os números dos inadimplentes, pois são números pequenos, mas poderiam ser menores, mas são números pequenos.



Hoje, o Pronaf, na sua história, já fez 17 milhões de contratos e nós temos uma taxa de não pagamento de 6% a 7%, inclusive menor do que a de alguns segmentos da economia. Estou dizendo isso do ponto de vista histórico, isto, é considerando os mais de dez anos do Pronaf. Hoje estamos girando com 3 milhões, 3 milhões e 200, 3 milhões e 300 de contratos em aberto, em ser, o que dá, mais ou menos, R\$27 bilhões, que hoje está financiando a agricultura familiar brasileira, cada vez mais no tema do investimento, como o Dr. Gilson colocou aqui.

É bastante claro que o endividamento está crescendo. Por quê? Porque se está tomando mais crédito e, principalmente, o Mais Alimento, que é uma linha de crédito de dez anos. Então passam a ser linhas de prazo mais longo. O Pronaf Agroindústria também vai para dez anos; era oito. De fato, a agricultura familiar está tomando crédito.

Muitos têm dito: “Aquilo que vai vencer daqui a um mês, dois, três meses, não sei se vou conseguir pagar”.

Então é um tema que, efetivamente, tem sido abordado muito, que é capacidade de pagamento, o que para nós tem a ver com renda. Então esse é o grande diferencial que a gente tem de observar; uma coisa é crédito, outra coisa é renda para a agricultura familiar, organização econômica. Como é que a agricultura familiar aproveita do crescimento que a economia brasileira está tendo? Produzindo alimentos.

Esse é um debate que estamos fazendo, sim. A Senadora coloca ênfase nesse ponto, de forma bastante correta. Estamos analisando o assunto. Temos conversado, inclusive, têm vindo bastantes sugestões, têm vindo notas técnicas com explicações, as especificidades do Rio Grande do Sul. Há o tema do crédito emergencial, que vence até dezembro. Vários agricultores tomaram esse crédito emergencial, que está vencendo. Nós temos bastante sensibilidade quanto a isso, mas acho um grande tema que se abre é o tema da renda, o que tem a ver com capacidade de pagamento.

Por isso... Há mais um tema aqui.

Queria agradecer muito os elogios – assim entendi as palavras do Senador Maldaner, do Senador Moka e do Senador Acir, sobre a minha empolgação a respeito do assunto. De fato, sou e estou empolgado com a nossa situação. Não me iludo quanto às nossas dificuldades e com o quanto ainda temos de avançar, mas também reconheço nosso avanço. Somos um país de 200 milhões e vamos chegar a uma classe medida de 120 a 130 milhões de pessoas, se tudo der certo. Esse é o projeto estratégico da Presidente até 2014. Então vamos ter uma pirâmide gordinha, com uma base pequena e com um topo bastante pequeno e vamos ter uma grande classe média com capacidade de consumo. Se nós não tivermos capacidade de abastecer esse consumo – falo de alimento e de agricultura familiar – de forma estável, vamos enfrentar o tema da instabilidade e o tema da inflação, que leva à taxa de juros e que leva á



derrubada do crescimento. Acho que a agricultura familiar, a agricultura de modo geral em nosso País... Nós somos altamente auto-suficientes com uma exceção, que daria para discutir muito, que é o tema do trigo, no resto nós somos altamente suficientes. Posso dar... É pena que o Senador Moka não esteja aqui, que é bastante envolvido com o tema de lácteos, há pouco mais de dez anos atrás o Brasil consumia 20 bilhões de litros de leite e produzíamos 16; nós o segundo, ou terceiro maior importador de leite, junto com o México. Hoje estamos produzindo 29 bilhões de litros de leite e estamos consumindo 29. Então, nossa produção foi de 16 para quase 30 e o consumo aumentou de 21 para quase 30. Isso tem a ver com a agricultura familiar e nos debatendo com o tema da importação. Por quê? Porque o leite é o produto que mais recebe subsídio no mundo. Aí, com o tema da triangulação, que a Senadora conhece bem, aumentamos a tarifa, há toda uma negociação de quotas que estamos fazendo com a Argentina.

O que estou querendo dizer é que construímos no país – isso tem a ver com a agricultura e tem a ver com a agricultura familiar – uma capacidade de suprir o nosso crescimento acelerado, e isso é estratégico. Isso é uma maravilha. Agora, nós temos muitos problemas para enfrentar. Nós falamos sobre vários deles aqui. Isso me anima muito e eu acho que anima o Senado Federal também a colocar mais ênfase política nas questões da agricultura familiar, a colocar mais crédito. Por exemplo, ontem nós tivemos... O PLOA, Projeto de Lei Orçamentária Anual, foi maior do que a LOA no que tem a ver com assistência técnica; então, houve corte aqui. A Presidenta agora determinou que deve ser tudo liberado para fazer. Então tem várias questões que têm importância e me anima muito que os senhores e que a Senadora coloquem ênfase em algumas questões importantes.

Já me alonguei bastante e só queria terminar com o tema do biodiesel, que o Senador Acir e o Senador Maldaner colocaram aqui.

Para mim, na minha avaliação, o programa nacional do biodiesel é sucesso absoluto se nós entendermos que queríamos ter chegado, neste momento, a ter o B3 e já estamos no B5; antecipamos nossas metas e hoje teríamos condições de fazer mais que o B5. E 80% disso vem da agricultura familiar. Desse ponto de vista ele é um sucesso em 80%.

Como funciona hoje? Hoje são dois leilões, o leilão trimestral da ANP acaba de ser realizado, na semana passada. E 80% da demanda nacional é atendido por leilão. Quem pode participar do leilão? Apenas quem tem o selo biocombustível social, selo dado a quem compra da agricultura familiar. Todos os leilões foram assim. Acontece que muitos de nós olhamos para o biodiesel e pensamos: mamona do Nordeste. Mamona do Nordeste não está funcionando por enquanto, porque não faz sentido, por exemplo, a Petrobras Biocombustível ou qualquer empresa no Nordeste deixar de vender um litro de óleo de mamona por quatro reais e cinquenta centavos para colocar no programa de biodiesel ou



participar do leilão e vender a dois reais e onze centavos, dois reais e doze, preço do último leilão. Então não faz sentido economicamente.

Acontece que a soja, cuja cadeia é bem estruturada no nosso País, tem o óleo em sua cadeia produtiva, um dos elementos dessa cadeia produtiva é óleo, e uma parte desse óleo vai para o biodiesel. Ocorre que essa cadeia faz mais sentido econômico, é a mais barata porque investimos, temos alta produtividade, todos os senhores e a Senadora conhecem o que é a cadeia da soja no Brasil, os investimentos feitos e o grau de eficiência que temos. Então uma cadeia longa e bem estruturada é muito mais fácil ela ser mais comprida ainda entrando no biodiesel; é mais uma parte do segmento de óleo que vira biodiesel. Para fazer isso com a mamona no semiárido brasileiro, o que nós apenas começamos, com baixa produtividade, com tecnologia ainda muito aquém do necessário, falta de capacidade técnica do ministério, dos nossos técnicos, é muito difícil. Temos que entender hoje que o biodiesel não é uma cadeia só, não existe a cadeia do biodiesel em si; quem tenta fazer isso não tem resultado. Temos que ter uma cadeia de produção, e dentro dessa cadeia da oleaginosa temos o óleo, que é 20% em geral de alguma oleaginosa. Na mamona é 50%, na soja é 20%, só 20%. Então, se não tiver resolvido os outros 80% da soja, da cadeia produtiva, não se viabilizará toda a cadeia produtiva só com os 20%. Qual a cadeia que temos mais estruturada? A soja. O que significa isso? Fazer biodiesel de soja significa que estamos deixando de exportar grão, estamos exportando talvez mais óleo, ou estamos tendo mais renda e talvez exportando mais carne porque 80% vira ração.

Temos que desmistificar, achar que tudo o que é soja não é agricultura familiar e que o programa de biodiesel é só mamona e só Nordeste. Esse é um tema muito importante. Temos dificuldade, sim, estamos muito no começo ainda, temos muita tecnologia para gerar para enfrentar o tema de ter uma oleaginosa com maior produtividade, que tenha sentido econômico e que seja viável produzir no Nordeste e no semiárido brasileiro.

Já termino. Prometo, Senador.

Quando se começou o Programa do Biodiesel no nordeste, o agricultor recebia em torno de R\$0,25, quando o preço estava bom, a R\$0,50. Hoje ele está recebendo quase R\$2,00.

A produtividade é baixa? É. Falta tecnologia? Falta.

Temos muito que avançar? Temos muito que avançar.

O Programa do Biodiesel depende do lado que a gente olha. Então as cooperativas do sul, a Cotrimaio, a Granol, enfim, as outras cooperativas que fornecem óleo para a cadeia do biodiesel, ou que fornecem soja são da agricultura familiar. Muita, em grande parte... Boa parte dessa matéria-prima vem da agricultura familiar, sim, do Paraná, de Santa Catarina, do próprio centro-oeste, em alguns casos. Depende de como a gente olha o programa.



A gente tem de desmistificar um pouco também. Estamos debatendo dentro do governo para ver como conseguir usar esse programa. Ele funciona muito bem do ponto de vista de metas em muitas regiões brasileiras, só que hoje ele está assentado na soja. Eu não estou dizendo que isso é ruim nem que isso é bom. Não quero entrar no mérito. Se a gente quiser ter um bom programa de biodiesel no nordeste e no semiárido brasileiro, que é um grande desafio e uma meta nossa, nós temos de construir uma cadeia de oleaginosa que seja viável e adequada a isso. A mamona hoje tem uma característica de produção, mas, do ponto de vista de mercado, ela está ótima. Não faz sentido você deixar de vender por R\$4,50 o litro e vender por R\$2 e pouco no leilão da ANP.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Dr. Laudemir, eu tenho que discordar da questão da matéria-prima do biodiesel vir 80% da agricultura familiar. Não conheço nenhum plantio que não seja soja, e soja não é agricultura familiar, nesse índice. Também do sebo... Pinhão Manso não avançou. Era uma grande expectativa. Mamona, a gente sabe que é cara. Pinhão manso era... Mas não avançou também.

Não quero polemizar, nem vamos continuar...

Não consigo visualizar que 80% da produção do biodiesel venha da matéria-prima vinda da agricultura familiar. Entendo que isso pode acontecer, mas realmente tem muito trabalho pela frente. Volto a colocar o projeto...

Este programa de Brasil Sem Miséria... Espero e vamos torcer e vamos ajudar para que ele funcione realmente porque se ele funcionar da maneira que foi colocado, Senadora Ana Amélia, Senador Casildo, nós teremos em 2014 outro país. Com certeza, teremos outro país. Tudo porque colocou assistência técnica, não apenas assistência financeira, mas também assistência técnica, para que as pessoas possam produzir com qualidade. Esse, sim, é um programa que vai estabelecer as famílias no campo, vai melhorar a qualidade de vida de muita gente.

Vamos trabalhar juntos.

Colocamos naquele dia para a Presidenta Dilma, naquele dia em que tivemos reunião com ela e com a Ministra, que há necessidade do engajamento da sociedade para que esse programa dê certo. Não é questão de situação e de oposição. A sociedade, Senadora Ana Amélia, precisa se engajar nesse programa. Realmente é um programa muito bom. Vamos trabalhar para que ele seja um sucesso.

Dr. José Carlos Vaz, com a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Obrigado, Presidente.

Senadora, há pouco, o Gilson Bittencourt apresentou algumas informações sobre o quadro de suprimento do arroz e destacou o fato de que o Governo está colocando todo os instrumentos permitidos na legislação e na



regulamentação para sustentar o preço do arroz, sejam os instrumentos que mexem com expectativa, que apóiem a comercialização, que remanejem recursos. Nós estamos usando todos os instrumentos. Em fevereiro, o Ministro Wagner disse: Se o Gilson estiver no Rio Grande do Sul... Todas as medidas prometidas pelo governo naquela época estão sendo cumpridas rigorosamente. Estamos até aumentando um pouco o volume em relação ao que foi prometido. Há vontade do governo de sustentar o preço do arroz. Hoje mesmo nós teremos mais uma reunião – Fazenda e Agricultura – para tentar enxergar saídas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então já é mais ameno, porque me disseram que o Dr. Gilson disse que estava esgotado para o arroz. Eu disse: bem, vim buscar lã e saí tosquiada, como se diz no sul, mas pelo jeito...

Dr. José é a agricultura falando; Dr. Gilson é a área econômica. Acredito piamente na sensibilidade da equipe econômica para resolver esse problema.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Teremos essa reunião... Há vontade do Governo. Há possibilidade de remanejamento de recursos, mas a situação é complexa porque o que há disponível não está fazendo reagir.

Nós temos algumas notícias, da parte da Conab, de que estaria sendo percebida uma pequena, uma tênue reação. Não é uma coisa que todos percebem. Também temos notícias a respeito do credenciamento de armazéns: a Conab estaria conseguindo viabilizar as compras no volume que foi prometido estocar. Nitidamente...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dr. José Carlos, está contando aí aquele volume da medida provisória, de doação de alimentos, de 500 mil toneladas?

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Não, não contamos e precisamos acelerar aquilo.

Claramente o arroz está aparecendo nesse momento numa situação padrão, de uma cadeia produtiva que quando ocorre determinados problemas, que são estruturais em todas as cadeias, mas também há algumas coisas a considerar: primeiro, foi a cultura que mais teve aumento de produção; segundo é uma cultura em que há uma comunicação automática dos demais países produtores com o Brasil, quer dizer...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mercosul.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – É um pote de que a gente tira água e a água entra de novo.

Terceiro, é um produto que não tem muita elasticidade de consumo, embora o próprio setor esteja procurando alternativas via etanol, ração, alguma coisa, na se vislumbra em curto prazo outras destinações para o arroz que não seja o consumo alimentar.

Além disso, o aumento da renda leva à substituição do arroz.



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No consumo interno.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Conjunturalmente o governo está disposto a usar todos os recursos para fazer isso; não há indisposição do governo. Temos de ver se os instrumentos conseguem gerar os efeitos práticos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que todos desejam.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – ... que todos desejam.

O que se destaca? Questão estrutural. Então, na pauta que o setor apresentou ao governo uma das sugestões é a criação de um grupo para discutir as questões estruturais do arroz.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A armazenagem é mais de uma delas. Mercosul.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Isso. A questão da armazenagem...

Além dos problemas de credenciamento que a Conab enfrenta, o que ocorre é que armazéns que estão disponíveis na região...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estão com problemas.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Não, os armazenadores preferem estocar milho e soja, que eles sabem que terá escoamento a arroz, que vai ficar mais tempo lá.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que vai ficar mais tempo lá.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Sem dizer que podem pagar mais pela armazenagem.

Então, o que eu poderia dizer, conjunturalmente, é que vamos tentar fazer, vamos continuar o diálogo, vamos fazer uma reunião e vamos ver se conseguimos colocar mais alguma coisa de instrumentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já é animador isso.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – De toda a conversa que tivemos aqui, o fato é o seguinte: todos os setores de produção padecem de algumas questões estruturais. Primeiro, planta olhando para trás; segundo, a renda anual do produtor nem sempre é suficiente para pagar o custo da produção, paga a margem de subsistência, capitalizar para futuras perdas, arcar com as despesas de investimento para reposição de máquinas depreciadas, reposição de calcário, reposição de...

São investimentos que, na verdade, todo ano tem que fazer. E também para pagar parcela dos investimentos, vamos dizer, que alavancam a renda, como um armazém, um equipamento, alguma coisa assim.

Ao longo de três anos, normalmente a renda é suficiente, dependendo do nível... mas, como ele não consegue se capitalizar e quando ele se capitaliza se capitaliza em ativos que perdem valor ou liquidez no momento em que ele precisa utilizá-los, o fato é que, cada vez mais, à medida que o ano de baixa renda ocorre, mas produtores são aliçados do processo porque eles não



conseguem chegar ao ano em que vão recuperar a renda para pagar aqueles compromissos com que eles não arcar. Nitidamente é necessário que tenhamos um planejamento plurianual, por isso que saí da conjuntura do arroz para a questão estrutural, que são coisas que o Senador Moka colocou. Nitidamente nós temos que pensar isso.

Então eu diria que não temos nem Plano Safra. É preciso que o agronegócio brasileiro tenha um plano de negócios plurianual, porque não adianta a gente continuar meta de X milhões de toneladas ou de crescer produtividade. Nós temos de ter meta no seguinte sentido: nós queremos produzir tanto de alimento, queremos usar tal tecnologia, para isso nós precisamos manter determinada produtividade. É preciso assegurar que essa produção que vamos ter tenha um valor bruto X e que esse valor se distribua ao longo da cadeia, ou seja, antes da porteira e depois da porteira assegurando uma margem mínima ao produtor de modo que ele possa fazer frente aos custos, investimentos, recuperação de depreciação, se não tem jeito de fazer.

É preciso fazer um planejamento com relação a isso. Da parte do produtor é preciso também entender que, uma vez que esse planejamento resulte em determinada estratégia, ele vai ter, todo ano, e não só nos anos ruins, fazer uma proteção contra problemas climáticos, uma proteção contra perda de renda. Ele tem de fazer isso todo ano, porque, se não entrar nos anos bons, não capitaliza aqueles agentes, que podem correr risco mais à frente. Eles não ficam capitalizados para poder suportar aquele risco e acaba ficando um risco um seguro agrícola caro, um seguro agrícola que não cobre o suficiente, que é o famoso guarda-chuva em dia de sol. Então, é preciso discutir essa questão.

Feito um plano de negócio plurianual, tem de ter a política agrícola plurianual. Essa é outra coisa que temos de entender: a política agrícola, por mais que queiramos, por mais que o Brasil seja um país que está crescendo muito, jamais o Estado terá condições de atender 100% das necessidades do agronegócio, mas também boa parte do agronegócio não precisa tanto de intervenção direta do Estado; precisa apenas de ter clareza de como a política vai intervir e qual é o espaço que está reservado para a iniciativa privada e quais são os limites que o Estado não vai admitir que determinadas situações extremas ocorram e ele vai fazer a intervenção.

Então, claramente, precisamos discutir as questões estruturais. Não podemos abandonar a conjuntura, mas precisamos abandonar esse vício eterno de a conjuntura consome a discussão estrutural.

O Ministro Wagner Rossi nos incumbiu de, passado o Plano Safra e a administração da comercialização, que são os dois itens, focarmos muito fortemente essa questão da rediscussão do modelo de gestão da política agrícola.

Já abrimos uma pauta com o Ministério da Fazenda, resgatamos a pauta com a CNA, já abrimos pauta com o Banco do Brasil, com o BNDES, já



falamos com outras entidades. A gente percebe que há um amadurecimento e um consenso muito forte de todas as entidades e lideranças sobre o que tem de ser feito. Então, como temos de fazer o trabalho de casa agora? É a formulação dessa proposta. Aí virá para o ambiente do Legislativo, porque tem de mexer na legislação para amadurecimento quanto à decisão política, porque nós vamos ter de fazer muito fortemente a descontaminação dessa discussão de outros aspectos partidários ou ideológicos que possam contaminar uma discussão bem profissional, bem técnica, bem pragmática, que é a seguinte: como é que a gente assegura manutenção de renda ao produtor para que ele assegure que vai fazer um fornecimento regular de alimento e de energia que permita não ter impactos no abastecimento, não ter impactos na inflação, permita a geração dos excedentes exportáveis e as divisas de que precisamos, mas que não leve a esses sobressaltos, que é essa questão que a gente colocou aqui?

O Senador Moka disse: “Não aguento mais falar em endividamento”. Ninguém aguenta mais falar em endividamento, mas o problema é que de vez em quando ele aparece lá de novo. Por quê? Por só tratamos de endividamento. Não tratamos de seguro agrícola, não tratamos de proteção de preço, não tratamos de mudar o modelo da política agrícola, não tratamos....

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Os gargalos da infraestrutura.

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Não tratamos da assistência técnica, da obrigação de o produtor de usar determinadas tecnologias e mudança de gestão, do cooperativismo, de uma série de coisas.

Acho que, com o que eu disse, eu consegui responder desde a questão do arroz até...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A questão do arroz não atrapalhou. Mexeu no arroz, apenas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Hoje à tarde tem mais uma reunião ótima. Tomara que resolva.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para clarear: eu entendo que tem de ter estratégia, Plano Plurianual, política. Só fico remoendo comigo todos os instrumentos da questão do arroz, que foram colocados, mas... Eu pergunto: a política dos preços mínimos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O mercado é perverso.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A política de preços mínimos não é uma política de governo também? Quem estabeleceu? Fico imaginando o produtor que foi plantar o arroz, porque foi feito um plano, no caso, de safra, para ganhar 25. Então, ele plantou. Se ele soubesse que não tinha a garantia de 25, eu não sei se ele ia plantar, eu não sei se ele ia fazer os compromissos. Fico imaginando, todos os instrumentos foram... colocamos tudo, mas a política de preço mínimo foi colocada... eu fico nessa



O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Senador, deixe-me só terminar o meu fecho, e volto a sua resposta. O senhor cortou o meu fecho.

Então, é o seguinte: se a gente trabalhar dessa forma toda, nós vamos atender todos. Então, vamos desde o conjuntural ao estrutural fazer as discussões, utilizar o Poder Legislativo para fazer todo esse fortalecimento das políticas públicas para o setor.

Com relação ao que o senhor falou do arroz, vou dizer o seguinte. A situação não é fácil, mas, se nós nos conformarmos e entendermos que não é possível, ela vai ficar pior, porque as expectativas que estão na formação de preço são de que no segundo semestre entre o estoque o Mercosul, que o produtor daqui a pouco está plantando arroz e, no primeiro semestre do ano que vem, vai entrar mais arroz. Então, nós não podemos nos conformar simplesmente dizendo o seguinte: os instrumentos não estão dando efeito. Não! Os instrumentos estão dando pequeno efeito. Vamos tentar fazer com que eles tenham mais efeito, mas isso não quer... E mesmo o fato de eles ainda não terem uma reação forte, não quer dizer que vamos desistir. Vamos roubar um pouquinho da esperança do Laudemir para nós todos. É preciso colocar fortemente isto: os produtores, suas lideranças e o Governo não podem passar uma expectativa de que a situação vai ficar igual ou pior porque senão ela vai ficar pior. Então é o seguinte, existem instrumentos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Não, é expectativa mesmo porque existem analistas. O pessoal olha o quadro de suprimentos para fazer.

Então é o seguinte: a situação é difícil, estamos colocando todos os instrumentos, vamos tentar achar mais instrumentos, vamos procurar forma de subsidiar, tentar enfrentar a questão do armazenamento. Há uma decisão de Governo de tentar ajudar o máximo possível.

Então, o que eu digo para o senhor é o seguinte: vamos aguardar e dar mais um pouco de confiança ao processo porque, nas próximas semanas e meses, a situação ficará melhor do que está. Eu não sei se ficará uma situação perfeita, ideal, mas será melhor do que está. Agora, nós não podemos entender que a batalha está perdida.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Entendo ter que avisar para o ano que vem. “Produtor, nós não vamos garantir 25 para o ano que vem, para a outra safra.” Então, tem que avisar. Agora, para esta, foi anunciado 25, agora disse que não dá para... Não entendo. Não sei. Ficou uma coisa... Eu acho que não dá para fazer... Agora, para o ano que vem, o Ministério ou o Governo diz: “Olha, para o ano que vem, pelos índices, não podemos anunciar R\$25 mil de preço mínimo. Essa política não dá...” Para não colocar ilusão para o produtor. Temos que ser sinceros com o produtor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para não criar expectativa.



O SR. JOSÉ CARLOS VAZ – Eu concordo com o senhor, eu acompanho o senhor. Eu acho que nós temos que acionar aquela proposta do setor de criar um grupo estrutural. Esse grupo deve fazer o quadro, a visão para a próxima safra, ainda em tempo do plantio desse aqui, e sinalizar uma estratégia de que o preço de mercado e o preço mínimo assegurem, no seu conjunto, uma renda razoável para o produtor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como foi anunciado para este ano que eram 25 para esta safra? Fica difícil atender o chamado. Vou produzir o alimento. Eu não sei...

O SR. GILSON BITTENCOURT – Permitem-me uma questão? O caso do arroz é tão complexo e, por isso, essa questão de a gente tentar avançar ainda mais. Algumas das medidas que o Governo já anunciou estão à disposição e a gente ainda pode intensificar; no caso do escoamento, a gente pode ampliar.

Agora, nós temos um problema no arroz, e a Senadora deve estar acompanhando. O preço ao produtor nos últimos oito meses caiu algo em torno de 30%, pouco mais de 30%, e o preço ao consumidor caiu algo em torno de 5%, ou seja...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Alguma coisa não está fechando.

O SR. GILSON BITTENCOURT – Essa margem... Tem uma questão que é não necessariamente o não funcionamento do mercado, porque o produtor está recebendo menos e o consumidor está pagando um pouquinho a menos, mas não na mesma proporção. Essa margem está sendo absorvida. O setor intermediário está absorvendo essa questão e faz a seguinte conta: eu tenho um produto disponível, o Governo tem estoque, está comprando mais, vai comprar ainda mais, na medida em que viabilizar mais a liberação dos armazéns, os contratos de opção, que é a compra futura, já totalizam 200 mil toneladas e vão ser lançadas mais 300. Tem várias ações do Governo que ainda estão em andamento e o que a gente vai discutir hoje já não são nem só essas ações, é o que a gente pode fazer ainda mais. Mas compra, Senador? Estamos fazendo e vamos continuar fazendo. Apoio a escoamento? Talvez agora focar um pouco no Nordeste, tentar jogar mais para o Nordeste, que há demanda de arroz. A tese é ainda no curto prazo ver o máximo de ações e, com essa linha do Zé Carlos, já pensando a longo prazo para o arroz. A gente está atento, mas, como em um primeiro momento, Senador, a gente soltou várias medidas – e aí tem uma questão de política pública –, se eu solto mais medidas antes de iniciar ou de essas medidas começarem a surtir efeito, faço mais

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fica um estado de guerra. Vai ser uma guerra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas no fim da história aquele...



A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...com essa história do preço ao consumidor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas, Senadora Ana Amélia, no fim da história, quem plantou, quem atendeu o chamado... “Vou plantar, vou ter essa garantia.” Ele calculou. “Vou ter esses custos, vou ter que plantar. Pode ser que seja mais. Vou ganhar 29, 30, mas, pelo menos, se eu chegar ao preço mínimo, eu não vou não quebrar.” O pessoal calculou isso. Agora, não depende disso, depende disso. Fica difícil.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É que nós aqui, Senador, lamentavelmente, o produtor não é tratado como na Europa ou nos Estados Unidos, onde os Tesouros são ricos, têm subsídios e nem se preocupam. Aliás, quando o Laudemir estava falando, com seu entusiasmo, sobre a assistência técnica, a produção, sobre aumentar e tudo, eu perguntei se combinaram com o La Nina e com o El Niño também. Não. Isso é outro detalhe porque essa é uma atividade de alto risco, por mais que se planeje o zoneamento agroclimático, todas essas questões. Então, é importante.

Mas eu agradeço imensamente ao Dr. Gilson e ao Dr. José Carlos, que agora me deram um pouco mais de tranquilidade, porque me disseram que o senhor tinha dito que esgotou. Não, não esgotou. Parabéns! É isso, essa visão que a gente tinha de que o consumidor não está se beneficiando daquele sacrifício que o produtor está tendo em relação a preço. E, lamentavelmente, a cadeia produtiva no Brasil não funciona. No Uruguai, funciona muito bem. A cadeia produtiva é integrada, toda ela: o produtor, a área de consumo, a indústria, o governo, como apenas poder moderador, produtor de insumos, máquinas, fertilizantes. No Brasil, lamentavelmente, ela não está funcionando. Quem está pagando sempre a conta é o produtor, e muito a agricultura familiar.

Eu, de minha parte, agradeço imensamente porque saio mais confortada daqui depois dessa declaração, porque hoje tenho uma outra reunião.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, eu gostei. Acho que é interessante isso, não há a menor dúvida. Na minha ideia, Dr. José Carlos, Dr. Gilson, não só pelo que eu passei, mas, se o Governo chegar a cumprir com o que foi anunciado ao produtor, se receber esse produto, se os armazéns tiverem como receber esse produto, Conab, etc, se retirar isso... Se o Governo receber esse produto, pagar e o produtor receber 25, o preço mínimo, se isso for cumprido, na hora em que esse produto não está mais solto, com certeza já melhora o preço, e, então, há o anúncio: “Olha, o Governo está com estoque e, para o ano que vem, não precisamos colher 13 milhões de toneladas. Vamos diminuir. O Governo vai garantir não esse valor. Vai garantir menos um pouco.” Projeta-se. A hora em que retirar a garantia, ele já sabe: “Olha, eu já não vou plantar tanto. Vou diminuir. Vou plantar menos. E já está resolvido.” A hora que garantir que vão retirar, vão ficar com estoque, já o preço



melhora, sem dúvida alguma. É a questão da procura, da demanda. Acho que é um dos remédios.

Só para finalizar, essa do biodiesel, eu quero me associar porque a gente ouve que 80% mais ou menos são da *commodities* de soja, de que se produz o biodiesel, e, pelo que entendi do Muller, o Pronaf, que é o subsídio, participa também nessa mesmo do soja, porque a ideia é de a agricultura familiar oferecer matéria-prima. Então, há um subsídio do Governo de 20% ou de 30% a quem se inscreve e produz biodiesel ou coisa que o valha. Há um estímulo. A indústria tem um estímulo. Tem um estímulo para isso. O que se quer é proteger o pequeno produtor, o agricultor familiar. É claro que tem uma grande parte de produtores pequenos que produzem a cadeia da soja, mas a grande maioria é em escala maior. Então, se nós quisermos fomentar o pequeno produtor para ele ficar lá, temos que buscar não sei se é canola, girassol ou outros. Não só para o Nordeste, para o Sul também dá para melhorar, sem dúvida alguma, essa matéria-prima, para segurar o pequeno lá onde ele está, já que tem subsídio para a indústria para transformar isso em biodiesel. Também defendo que tem que subir de b5 para b10 ou coisa que o valha.

Apenas este comentário. No mais quero cumprimentar a todos. Sei que estamos todos preocupados, Ana Amélia mais do que todos nós, mas nós, juntos, precisamos enfrentar isso, discutindo, com os pés no chão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Casildo.

Quero aqui, mais uma vez, agradecer a presença do Dr. Gilson Bittencourt, do Dr. José Carlos Vaz, do Dr. Jenner Guimarães, do Dr. Laudemir André Muller e do Dr. Ives César Hubert.

Tivemos uma manhã muito importante, muito proveitosa. Agradeço a Senadora Ana Amélia e a Ministra Gleisi Hoffmann, que propuseram a realização desta audiência pública tão importante.

Agradeço a presença de todos. Espero que também tenham se sentido à vontade e aproveitado este momento para nós tão importante.

Antes de concluir, informo que amanhã teremos mais um seminário: Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura, a realizar-se em 10 de junho, sexta-feira, às 14 horas, na Ala Alexandre Costa, sala nº 13. O assunto: avaliar as propostas de alterações no Manual de Crédito Rural, em gestação na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e a disposição do atual Plano Safra, conhecer e debater a preparação para o próximo plano e discutir o aperfeiçoamento do modelo de política agrícola, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Luis Sérgio Farias Machado, do Banco do Nordeste; Sr. Antoninho Rovaris, da Contag; Ademiro Vian, da Febraban; e Rosimeire Cristina dos Santos, da CNA.

Estão todos convidados a estarem conosco amanhã, às 14 horas.



Também agradeço, juntamente com os senhores, os técnicos que os acompanham.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 23 minutos.)